



CLARA DANIELE MOURA DE SOUSA

SOLIDÃO E PENSAMENTO EM HANNAH ARENDT

**LAVRAS - MG
2022**

CLARA DANIELE MOURA DE SOUSA

SOLIDÃO E PENSAMENTO EM HANNAH ARENDT

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Filosofia, Área de concentração Filosofia para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Prof. Dr. João Geraldo Martins da Cunha
Orientador

LAVRAS - MG
2022

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Sousa, Clara Moura.

Solidão e Pensamento em Hannah Arendt / Clara Moura Sousa.
- 2022.
78 p.

Orientador(a): João Martins Cunha.

Coorientador(a): Nádya Junqueira Ribeiro.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Totalitarismo. 2. Hannah Arendt. 3. Solidão e Pensamento. I.
Cunha, João Martins. II. Ribeiro, Nádya Junqueira. III. Título.

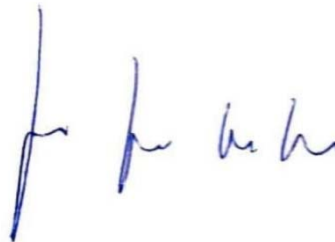
CLARA DANIELE MOURA DE SOUSA

**SOLIDÃO E PENSAMENTO EM HANNAH ARENDT
LONELINESS AND THOUGHT IN HANNAH ARENDT**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Filosofia, área de concentração em Filosofia, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

APROVADA em 30 de março de 2022.

Dr. João Geraldo Martins da Cunha
Dr. Emanuelle Tredanaro
Dr. Ricardo George de Araújo Silva
Ma. Nadia Junqueira Ribeiro



Prof. Dr. João Geraldo Martins da Cunha
Orientador

**LAVRAS-MG
2022**

*Dedico esta dissertação à minha família e orientadores, João e Nádia, sem os quais
esta pesquisa não teria sido possível.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Lavras – UFLA, pelas experiências que vão além da sala de aula.

Ao Departamento de Ciências Humanas – DCH e ao Programa de Pós- Graduação em Filosofia da UFLA – PPGCC/UFLA, pela estrutura oferecida e pela oportunidade de realização do Mestrado.

Agradeço a toda turma do mestrado, em especial aos amigos, Guilherme, Carlos e Isabela, pela contribuição, amizade e acolhimento.

Agradeço à minha família que compreende minha distância física em prol do meu crescimento profissional e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço a Nádia, minha coorientadora, pelas aulas sobre Arendt, pela atenção constante e paciência dedicadas a mim.

Agradeço à Lívia, minha namorada e amiga, por estar sempre ao meu lado.

RESUMO

Nesta dissertação, abordamos o conceito de solidão em Hannah Arendt em sua dupla perspectiva. Para Arendt, a solidão acontece como um paradoxo, ao mesmo tempo em que se revela como condição fundamental de toda a vida humana, se faz como experiência contrária às necessidades básicas da condição humana. Isto porque a solidão se revela como maior consequência totalitária às vítimas dos campos de concentração, assim como, evidencia a própria atividade do pensamento, ou seja, o retirar-se do meio comum para exercer a tarefa contemplativa da reflexão. Para a exposição dessa relação, utilizamos num primeiro momento a obra *A Condição Humana* (2007), a fim de contextualizar as atividades que segundo Arendt constituem uma vida ativa. Em seguida, fizemos a relação entre o conceito de massas e isolamento, solidão e totalitarismo e, por último, apresentamos o conceito de solitude, diferenciando-o dos demais já identificados, para isto, utilizamos da obra *Origens do Totalitarismo* (1969). Na segunda parte, a fim de elucidar sobre a atividade do pensar, trouxemos a exposição sobre a irreflexão, vista por Arendt como causa para o que denominou por *banalidade do mal*, sendo esta discussão a que motivou a autora em suas análises sobre a atividade do pensamento. Para a segunda parte, utilizamos as obras *A Vida do Espírito* (2000), *Responsabilidade e Julgamento* (2004) e novamente, *A Condição Humana* (2007) no intuito de examinar e finalizar nossa pesquisa com o conceito de pluralidade, que servirá como conceito base para toda pesquisa.

Palavras-chave: Solidão. Pensamento. Arendt.

ABSTRACT

In this dissertation, we approach the concept of loneliness in Hannah Arendt in her double perspective. For Arendt, loneliness happens as a paradox, at the same time that it reveals itself as a fundamental condition of all human life, it is made as an experience contrary to the basic needs of the human condition. This is because loneliness is revealed as the greatest totalitarian consequence for victims of concentration camps, as well as evidence of the very activity of thought, that is, withdrawing from the common environment to carry out the contemplative task of reflection. To expose this relationship, we first used the work *The Human Condition* (2007), in order to contextualize the activities that, according to Arendt, constitute an active life. Then, we made the relationship between the concept of masses and isolation, loneliness and totalitarianism and, finally, we present the concept of solitude, differentiating it from the others already identified, for this, we used the work *Origins of Totalitarianism* (1969). In the second part, in order to elucidate the activity of thinking, we brought the exposition on thoughtlessness, seen by Arendt as the cause for what she called the banality of evil, and this discussion was what motivated the author in her analysis of the activity of thinking. For the second part, we used the works *The Life of the Spirit* (2000), *Responsibility and Judgment* (2004) and again, *The Human Condition* (2007) in order to examine and finalize our research with the concept of plurality, which will serve as a base concept for all research.

Keywords: Loneliness. Thought. Arendt

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CAPÍTULO 1:A SOLIDÃO COMO EFEITO DO TOTALITARISMO	16
2.1	Ação: a atividade humana por excelência.....	20
2.2	Isolamento x Sociedade de Massas	27
2.3	Solidão x Governo Totalitário.....	34
2.4	Isolamento – solidão - solitude	46
3	CAPITULO 2: A SOLIDÃO E A ATIVIDADE DO PENSAMENTO	48
3.1	A banalidade do mal como consequência da ausência de pensamento	52
3.2	O diálogo dois-em-um do pensar e a sua expressão através do juízo	57
3.3	A relação entre pensamento e pluralidade.....	66
4	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

Em sua obra *As Origens do Totalitarismo*, Arendt traz a distinção de isolamento e solidão e solitude, em seu último capítulo, “Ideologia e Terror”. Uma vez que identificou em isolamento, o estado em que os homens estão afastados uns dos outros, na perda do seu senso comum, na solidão seu estado mais radical, responsável por além do afastamento da esfera pública, retirar os indivíduos de sua própria humanidade e, na solitude, apesar do afastamento do espaço público, seria a própria atividade do pensamento, onde o sujeito manteria o diálogo dois-em-um, consigo. A solitude, por sua vez, apesar de necessitar do afastamento do meio público se faz de forma consciente e temporária, pois nela o sujeito pretende buscar desenvolver seu pensamento, o qual só será completo e, portanto, próximo da verdade, ao se constituir num espaço plural, ou seja, a partir de uma efetiva relação entre os sujeitos. O que diferencia-se do estado de solidão, no qual o contexto de pluralidade em que vive o indivíduo, é completamente aniquilada, com isto o sujeito perde-se de seu espaço público e de sua esfera privada, já que tem sua comunicação com si mesmo interrompida. Com isto, Arendt apresenta o totalitarismo como uma novidade por justamente inovar a partir de um domínio total de suas vítimas, lhes retirando toda sua humanidade. Nisso Arendt inova ao apresentar a atividade do pensamento ligada diretamente a experiência política dos indivíduos. Assim Arendt demonstra o percurso até o poder totalitário a partir dos conceitos aqui apontados. Enquanto que na solitude o sujeito tem a consciência da necessidade do pensamento e se retira do espaço público para desenvolver seu diálogo consigo, o isolamento, o qual antecede o totalitarismo e serve de ponte até seu poder, por se tratar de homens de massa, os quais sequer conseguem perceber a razão de compartilhar a experiência de um espaço comum. Sendo a solidão seu momento mais radical, onde o totalitarismo está no poder e coloca suas vítimas num estado de completa submissão a lhes afastar não só do espaço público, mas de seus direitos individuais, sua identidade, espontaneidade e tudo aquilo que lhe faz humano.

A fim de contextualizar o caminho percorrido até o estado de solidão, se faz necessário inicialmente apresentar as atividades que constituem uma vida ativa para Arendt, tendo em vista que a solidão será justamente a negação de toda humanidade do indivíduo. Portanto, no primeiro capítulo “Solidão como efeito totalitário”, será distribuído em quatro sessões: “ação como condição humana”, “Isolamento x sociedade de massas”, Solidão x Governo Totalitário e, “Isolamento – solidão e solitude.

O objetivo da primeira seção do capítulo 1 é o de identificar as atividades que compõem a vida ativa, de acordo com Arendt, o que é explorado em sua obra *A Condição Humana*, identificadas como trabalho, obra e ação. A ação caracteriza-se por ser a atividade humana por excelência, a única que precisa do espaço público, ou seja, do contexto de pluralidade para acontecer. A partir da ação, os homens apresentam sua igualdade e diferença, pois se não fossem iguais não poderiam se compreender e se não fossem diferentes, não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem compreender pelos demais. Ou seja, para que o sujeito se apresente no mundo e não só o ocupe de forma física, é necessária sua apresentação através da ação. Assim a ação se faz como atividade humana por excelência, no sentido de que apenas ela é capaz de expressar a singularidade e, portanto, a humanidade de cada indivíduo. Sem poder agir no mundo, o homem perde então toda sua humanidade.

O que diferencia-se das demais atividades, como o trabalho e a obra, que não precisam da esfera pública para acontecer. O trabalho, por exemplo, trata das necessidades básicas do homem e é cíclica pois acontece em função do consumo destes, assim como, é ininterrupta, pois ocorre em razão de suas demandas. Já a obra distingue-se do trabalho por não ter relação direta com o consumo, mas depende dos recursos da natureza para acontecer e, difere-se da ação, por ser presumível e reversível, já que a ação humana não possui um autor, que a planeje antes de sua realização, apenas um ator que vive sua ação e uma vez realizada não tem como ser desfeita.

Relacionam-se a estas atividades as esferas pública e privada, nas quais se distribuem as atividades humanas, como Arendt apresenta em *A Condição Humana*. A atividade do trabalho está restrita à esfera privada, pois não necessita da convivência dos demais para que se realize. A obra, por sua vez, ainda que seja realizada na esfera privada e que também prescindida da convivência com os demais para sua realização, se relaciona com a esfera pública na medida em que necessita da exposição para atestar a realidade da sua obra. Diferente do que ocorre com a ação, que jamais poderá se realizar sem o espaço público, pois necessita do espaço comum, compartilhado entre os indivíduos, para que possa se mostrar no mundo das aparências, observar aos outros e assim, atestar sua noção de realidade, que só será validada através de um *sensu comum* construído em comunidade.

As referências às atividades da vida ativa e à relação entre esferas pública e privada são importantes para esse trabalho para que possamos compreender o conceito de pluralidade e sua possível relação com a atividade do pensamento, que será abordada no segundo capítulo dessa dissertação. A ação humana, como será analisada, só é possível dentro de um contexto plural, onde os seres humanos percebem suas igualdades e diferenças. A igualdade entre eles serve para que possam compreender-se mutuamente, enquanto as diferenças são o que mantêm a

necessidade da ação humana, caso contrário, poderiam se comunicar através de meras sinalizações. A singularidade que cada ser humano carrega é o que lhe apresenta como um ser único no mundo e por isso, do outro pode se esperar um mundo de possibilidades, pois as ações humanas são completamente improváveis.

Ao refletir sobre a vida ativa, indicar a ação como a atividade em mais alta conta para Arendt e como a pluralidade se apresenta como condição para vida política entre os homens e, portanto, para que pudessem manifestar quem eram e a sua singularidade, identificamos os elementos políticos minados a partir da experiência totalitária que Arendt nos apresenta, em *Origens do Totalitarismo*. Com isto, passamos à segunda seção do primeiro capítulo, na qual abordaremos a relação entre isolamento e sociedade de massas, como o primeiro estágio que antecede a ascensão do Totalitarismo e prepara o terreno para o terror e para o fenômeno da solidão. A autora define isolamento como um estado que antecede o poder totalitário, pois pode ser vislumbrado junto às tiranias e ditaduras modernas.

No entanto, é através da ideologia empregada com o governo totalitário, que essas massas se tornam cada vez mais isoladas, distantes de um espaço público, de um senso comum e ainda mais vulneráveis a dominação totalitária. Apesar de serem considerados uma parte desarticulada da comunidade, por não serem organizadas por qualquer questão em comum ou que as envolva de forma política, as massas serviram como porta de entrada para o totalitarismo. Por se tratar de seres dispersos politicamente, a propaganda totalitária pôde ser mais eficaz na manipulação das massas, preenchendo o espaço vazio de seus pensamentos. Não possuíam argumentos que contrariasse o que estava sendo empregado pela ideologia e assim, foi se formando um grupo que se uniu não pelas questões em comum, mas pela inexistência de pensamento ou posicionamento político.

Com isto, o movimento totalitário conseguiu produzir adeptos de suas ideias, seguidores leais aos seus propósitos, os quais sequer conseguiam distinguir sobre a execução de inimigos ou de pessoas próximas, tudo se justificava, uma vez fosse em prol da causa do regime. Essa completa falta de reflexão que atestou os homens de massa, lhes retirou sua ação diante do mundo, pois já não se afirmavam através de seus atos, transformaram-se em seres sem autonomia, sem qualquer capacidade de desenvolver um juízo sobre o espaço que ocupavam ou sobre o que executavam.

Após as reflexões sobre o estado de isolamento, entramos na seção seguinte em que me dedico a refletir sobre a solidão e o totalitarismo. Nesta seção, o conceito de solidão é analisado por Arendt como a forma mais radical do isolamento, pois se no isolamento os sujeitos já estavam afastados do espaço público, sem uma noção de “comum”, na solidão, suas vítimas

perdem também seu domínio privado, uma vez que sua identidade e seus direitos, não apenas políticos e sociais, mas também à vida, são inteiramente anulados. No estado de solidão, o indivíduo perde-se totalmente do contexto plural ao qual estava inserido, colocando-se em uma dimensão única e, com isto, o seu agir se faz prejudicado, tendo em vista que já não poderão constituir sua singularidade no mundo ou instituir-se em um meio coletivo. Por isso, a solidão seria o momento em que o indivíduo perde-se de si mesmo, da possibilidade de afirmar sua singularidade diante dos homens. Com isto, Arendt relaciona solidão à experiência totalitária e a define como sua maior expressão e novidade em relação às demais formas autoritárias de governo. A solidão de forma sistemática pode vir a destruir a humanidade, tendo em vista que o perigo que oferece a imobilidade reflexiva se faz ainda mais drástica do que a impotência dos indivíduos em relação ao domínio de poucos ou como ocorreu no Nazismo, de apenas um.

O teor das leis estipuladas pelo totalitarismo, portanto, diferenciava-se dos códigos estabelecidos a fim de organizar a vida dos indivíduos em comunidade. O totalitarismo tinha em suas leis o objetivo máximo do movimento, no qual justificavam a “salvação de toda humanidade”. Com a conquista totalitária, o movimento coloca em prática o terror, utilizado para regular os homens e eliminar as relações entre eles. Por isso, o terror totalitário interfere na autodeterminação dos indivíduos, na sua comunicação com os demais, tomando-lhes o espaço, pensamento, expressão e atividade. O terror totalitário toma a forma dos campos de concentração e nele se demonstra que não há dentro do totalitarismo que não possa ser realizável. O objetivo dos campos de concentração não estava exclusivamente na eliminação de suas vítimas, antes disso ele pretendia tirar destas sua espontaneidade, ou qualquer ação que se identificasse humana. Com isto, destaca-se a novidade totalitária, como denomina Arendt, pois apresenta-se como diferente de todas formas de ditadura até então vislumbradas, ao retirara humanidade dos homens, reduzindo suas vítimas a meros instrumentos totalitários.

Logo depois, encerro o primeiro capítulo pensando a relação entre os conceitos de isolamento, solidão e solitude, quando diferencio os conceitos analisados por Arendt no seu último capítulo de *Origens do Totalitarismo*, intitulado “Ideologia e Terror”. A solitude, diferente dos outros conceitos até então apresentados, se realiza na própria atividade do pensamento, não precisa da presença do outro e se faz de forma completamente consciente e voluntária. Apesar de não precisar dos outros para desenvolver meu pensamento é a partir da relação no espaço público que conseguirei consolidar meu diálogo a sós comigo.

Por conseguinte, podemos enxergar a proximidade entre solitude e isolamento considerando que em ambos existe um distanciamento do espaço público, todavia, sua esfera privada se mantém preservada. Estes conceitos, no entanto, diferenciam-se no instante em que

a solidude se faz por vontade do indivíduo, enquanto que no isolamento, o distanciamento da comunidade se faz de forma inconsciente, seja através da coerção de governos autoritários ou mesmo em função da transformação das coletividades modernas.

Com relação a relação existente entre isolamento e solidão, o isolamento se faz como um momento anterior a este, o qual se torna seu momento mais radical, indo além do afastamento da esfera pública e aniquilando também, a esfera privada do sujeito. O homem quando numa situação de solidão torna-se um ser objetificado, transformado numa peça importante para as finalidades totalitárias enquanto que é retirado de sua humanidade. Por fim, fica clara a distinção existente entre solidude e solidão, enquanto a solidude seria o retirar-se do espaço público a fim de buscar o diálogo consigo mesmo e assim, exercer a atividade do pensamento, a solidão seria justamente o inverso, pois se trata da retirada repressiva do sujeito ao total distanciamento do espaço comum, onde é perdida sua ação e partir de então sua própria humanidade.

No segundo capítulo, analiso o conceito de solidude para Arendt, o qual se refere a própria atividade do pensamento, ou seja, o retirar-se consciente do sujeito em busca do diálogo com si mesmo. Se Arendt apresenta suas primeiras reflexões sobre a relação entre pensamento e solidude em *Origens do Totalitarismo*, buscando empreender uma distinção dos conceitos de solidão e isolamento, a autora se aprofunda nessa reflexão anos depois a partir da experiência do julgamento de Eichmann, quando mais uma vez ela se depara com uma relação entre as experiências políticas e a atividade do pensamento. A primeira seção, “A banalidade do mal como consequência da ausência de pensamento”, portanto, tem como objetivo retratar a questão que serviu de motivação para Arendt desenvolver suas indagações sobre a atividade do pensar. Ao presenciar a figura de Eichmann em seu julgamento em Jerusalém, Arendt percebe um sujeito diferente daquilo que esperava. No julgamento que referia-se ao genocídio de milhares de judeus europeus, no qual Eichmann fez parte ao servir o regime nazista, executando mais especificando a deportação destes durante o holocausto, era esperado por seu público, assim como para a autora, que se tratasse de um ser monstruoso, no entanto, Arendt depara-se como um ser de capacidades medianas, que estava sempre se utilizando de clichês e que justificou seus atos durante a guerra, como simples “cumprimento de ordens”.

Com isto, Arendt percebe que antes de ser um criminoso responsável pela morte de milhares de inocentes, Eichmann se apresentava como alguém vazio de pensamento, incapaz de refletir ou julgar, por isso, a autora elabora o termo *banalidade do mal* para caracterizar o mal que este ex militar nazista, assim como tantos outros que serviram ao regime, realizaram. Ou seja, um mal que não trata do desejo de violência, mas que pode acontecer através de

qualquer um que não se coloque a pensar sobre o mundo que ocupa e sobre suas ações. Nesta passagem, relatamos o conceito de isolamento o qual se relaciona ao homem Eichmann, tendo em vista se tratar este de um indivíduo das massas, afastado do espaço comum, ressaltando como a perda do contexto de pluralidade é prejudicial na formação do pensamento e do juízo do indivíduo.

Na seção seguinte, “O diálogo dois-em-um do pensar e a sua expressão através do juízo”, busco aprofundar a distinção entre os conceitos de solidão e solidude para Arendt apresentando como se realiza a atividade do pensamento. Para isso, Arendt recorre ao conceito socrático do “diálogo-dois-em-um”, no qual o ser humano comunica-se consigo mesmo, afastando-se do espaço público. No entanto, esse distanciamento não se faz de forma permanente, ele é temporário e precisa voltar ao mundo comum, a uma conjuntura plural, pois uma vida plena só pode acontecer num contexto plural, ou seja, em que os homens mantenham uma relação ativa no espaço público. Destarte, a própria forma de fazer filosofia, no retirar-se, apesar de parecer ativa, também coloca o ser num estado “adormecido”. A verdade só pode ser construída dentro da esfera pública, por isso, mesmo dialogando consigo, o indivíduo precisa do convívio comum para que o seu pensamento torne-se ação.

Através da minha ação, interrompo o meu diálogo comigo mesmo e externo meu juízo através do discurso. Entretanto, a minha opinião refere-se a minha perspectiva, por isso, existirão diversos juízos diferentes, tendo em vista o espaço plural ao qual nos encontramos. Portanto, uma vez que “a pluralidade é a lei da terra” (ARENDDT, 2007) e por isso um mesmo objeto/situação é vista por diversas perspectivas, não teria como haver uma verdade absoluta que calhasse a todos. O que pode ser feito é analisar cada uma dessas interpretações em meio aqueles que formam uma comunidade, para que se chegue na proposição mais próxima às opiniões ali formuladas.

A partir disso, proponho na última seção refletir sobre uma possível relação entre o pensamento e a pluralidade. A relação que existe entre pluralidade e pensamento parece indicar justamente a ideia de juízo abordada na seção anterior, na medida em que somente através do pensamento os seres humanos são capazes de formular o juízo. No entanto, se não estiver num contexto plural, o qual permita que os seres humanos dividam um espaço comum com os demais, eles caem no risco de se limitar a uma intimidade e lógica, assim, afastando-se do ponto de vista dos outros e de seus juízos, e com isto, será eliminada a possibilidade de comunicação e de compreensão em comunidade.

Dessa forma, a singularidade estabelecida no indivíduo é o que simboliza a “pluralidade humana, como condição inerente ao pensar (ARENDDT, 2000). Sem a manifestação da ação

através do discurso, os seres se colocam numa situação estática sobre os acontecimentos do mundo. Assim, sem o discurso o homem se torna massa, sem comunicação com o outro e completamente vulnerável à dominação, à banalização do mal, manifestada na incapacidade de julgar e pensar. Por fim, indico como essa compreensão, pode se relacionar diretamente a ideia de mentalidade alargada, ou seja, ao sair do seu próprio ponto de vista em busca de outros, a fim de formular um juízo autêntico sem invalidar o juízo de outrem. Assim, podemos constatar a necessidade substancial de um contexto plural, onde possa acontecer a comunicação constante entre os indivíduos, para que assim possam desenvolver suas singularidades, sua ação no mundo. É a partir de então que o pensamento do sujeito se expandirá a uma realidade em comum, saindo de uma lógica individual e alcançando juízos variados.

2 CAPÍTULO 1: A SOLIDÃO COMO EFEITO TOTALITÁRIO

Em sua primeira obra¹, *Origens do Totalitarismo* (1951), Hannah Arendt descreve e analisa os elementos e as consequências de um dos períodos mais conturbados da história moderna: a novidade totalitária, manifestada no início do século XX pelas experiências nazista e bolchevista. A presente dissertação se dedica à análise empreendida por Arendt acerca do Nazismo na Alemanha, nos primeiros anos do regime. Ainda que a experiência totalitária seja a principal preocupação de Arendt, que *Origens do Totalitarismo*, vale destacar que a autora vinha se ocupando de refletir sobre os assuntos judaicos desde a década de 1930, se consideramos os *Escritos Judaicos*, que reúnem grande parte dos seus escritos entre período entre 1930 e 1960. A experiência totalitária se configurou a partir da ascensão de governos que aproximavam-se de tiranias, mas que, identifica Arendt, inovaram na forma de dominar a população que governavam, assim como, em seus objetivos enquanto governo. O totalitarismo diferencia-se das demais formas autoritárias de governo, pois suas ações não são pautadas em atos arbitrários ou ilegais, ao contrário, o governo totalitário obedece de forma rigorosa a leis nas quais acredita serem as fundadoras da justiça humana devendo, portanto, toda humanidade segui-las de forma incontestável. É o que explica a autora ao diferenciar o totalitarismo das tiranias até então praticadas:

A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes (ARENDR, 1969, p. 26).

Ao longo dos trabalhos de Arendt, percebe-se a maturação de ideias que foram iniciadas com *Origens do Totalitarismo*, e que encontra uma reflexão com maior fôlego em *Responsabilidade e Julgamento* e em *A Vida do Espírito*. Permeia, em todas essas obras, a perplexidade de Arendt diante de um fenômeno sem precedentes em que tudo parecia possível, o que implicava, de acordo com Romolo em “uma completa destruição das tradições políticas, sociais e jurídicas do Estado que desenvolveu novas forças e instituições políticas que, embora ocupassem o lugar das anteriores, as viraram de cabeça para baixo” (ROMOLO, 2020)². Ao

¹ Ainda que a primeira obra publicada de Hannah Arendt, que a tornou amplamente conhecida, tenha sido *Origens do Totalitarismo*, é importante destacar que pensadora havia escrito a biografia sobre Rahel Varnhagen anteriormente a essa obra, mas que finalizada somente no exílio como refugiada, sendo publicada apenas em 1957.² Com modificação.

discutir os acontecimentos que antecederam e sequenciaram o fenômeno totalitário, Arendt reflete sobre efeitos que vão além dos fatos, enxergando suas vítimas não como números, mas como indivíduos que tiveram todos os seus direitos destruídos, retirados da comunidade a qual pertenciam como se fossem uma ameaça a ela, destituídos de sua esfera pública e privada e desempossados de seus bens, identidade e até mesmo de sua humanidade. Entre esses efeitos, a autora identifica o que conceitua por estado de solidão, sendo este reconhecido por Arendt como a maior expressão totalitária, por se dar justamente no instante em que o governo totalitário se encontra no poder, momento identificado pelo Terror. A discussão sobre o conceito de solidão é incorporado somente após a primeira publicação de *Origens do Totalitarismo*. Esta noção surge como uma reflexão dentro do capítulo “ Ideologia e Terror” e complementa as discussões já elaboradas pela autora em 1951. A definição de solidão (*loneliness*), só adicionada em 1955, inaugura uma reflexão que será mais bem detalhada por Arendt ao longo de todo seu trabalho de compreensão, questionamentos e formulações sobre o tema nos anos seguintes à publicação de *Origens do Totalitarismo*:

A solidão, o fundamento para o terror, a essência do governo totalitário, e, para a ideologia ou a lógica, a preparação de seus carrascos e vítimas, tem íntima ligação com o desarraigamento e a superfluidade que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial e se tornaram cruciais com o surgimento do imperialismo no fim do século passado e o colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo. (...)Solidão não é estar só. Quem está desacompanhado está só, enquanto a solidão se manifesta mais nitidamente na companhia de outras pessoas. (ARENDR, 1969, p. 528)

O estado de solidão é atingido no momento em que o governo totalitário conquista o poder, realizando seu domínio total sobre a população, subjugando-a de forma extrema. É neste momento que ele se apresenta como uma inovação diante de outros tipos de autoritarismo, como a tirania, pois no estado totalitário não é dada qualquer oportunidade de oposição, sequer a de refletir sobre a situação em que o ser humano se encontra.

Este conceito será desenvolvido ao longo de sua trajetória, sempre no intuito de investigar e discutir um dos acontecimentos mais drásticos já vividos pela humanidade, o de reduzir os indivíduos a seres supérfluos, retirando sua identidade, sua espontaneidade, sua capacidade de reflexão e sua relação com o mundo a sua volta.

Dentro deste contexto, pretendo estabelecer uma comunicação entre o estado de solidão, com o de isolamento e de solidude, tal qual refletido por Arendt em *Origens do Totalitarismo*. Pretendo refletir também, a relação entre a ideia de solidão e de ação, entendida pela autora

como a única atividade capaz de alcançar a excelência entre as atividades da condição humana. Na esteira dessa reflexão, busco compreender a ideia de solidão também a partir da sua relação com as demais atividades, trabalho e obra, e com as esferas pública e privada, nas quais estão inseridas. Estas atividades são abordadas por Arendt em sua obra *A Condição Humana* (1958) e ao apresentá-las tenho por objetivo apresentar como Arendt relaciona essas atividades a cada espaço na vida humana, buscando rastrear os elementos que identifica se relacionarem à política. Com esse percurso pretendo delimitar os espaços ocupados pelo homem e as atividades exercidas por ele antes e depois do governo totalitário, no intuito de esclarecer a dimensão das consequências de seus atos. Para isto, empreendo uma necessária análise que irá compreender todo o trajeto do totalitarismo até o poder, culminando no que Arendt viria a chamar de terror totalitário. Assim, conseguiremos estabelecer o caminho realizado pelo totalitarismo e tudo aquilo que seu domínio é capaz de aniquilar. Em seguida, apresentarei a relação entre o conceito de isolamento com as massas, a fim de compreender como esse conceito antecede o de solidão e como Arendt pensa essa diferenciação e, em seguida, farei a conexão entre o conceito de solidão com o totalitarismo apontando os elementos desta ideia e quais instrumentos utilizados nesse percurso.

A noção de isolamento, como será abordada mais à frente, se caracteriza pelo afastamento entre os indivíduos, a fim de conseguir tornar determinada comunidade mais frágil, diminuindo sua resistência enquanto corpo político que age em conjunto. Esta ideia foi construída a partir da observação de Arendt sobre a formação de seres supérfluos que compõem o que ela entende por massas, ou seja, seres distantes enquanto integrantes de uma comunidade política, sem visão política, o que pôde ser mais facilmente vislumbrado logo ao fim da Primeira Guerra (1914-1918).

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. (ARENDR, 1969, P.361)

Neste contexto, a crise que assolou a Europa fez com que cada um se visse e interpretasse sua sorte de forma separada dos demais, esse momento pode ser reconhecido como um momento pré- totalitário. Como indica Arendt:

O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele. Esse isolamento é, por assim dizer, pré-totalitário; sua característica é a impotência, na medida em que a força sempre surge quando

os homens trabalham em conjunto, "agindo em concerto" (Burke); os homens isolados são impotentes por definição. O isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foram típicos das tiranias. Os contatos políticos entre os homens são cortados no governo tirânico, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas. Mas nem todos os contatos entre os homens são interrompidos, e nem todas as capacidades humanas são destruídas. Toda a esfera da vida privada juntamente com a capacidade de sentir, de inventar e de pensar, permanece intacta. (ARENDDT, 1969, p. 526)

A solidude, por sua vez, se relaciona à atividade do pensamento para Arendt. De antemão, esta relação pode parecer contraditória, mas como será abordado no segundo capítulo, a ideia de solidude seria a de afastar-se do meio comum no intuito de aperfeiçoar sua razão. Nessa busca, o sujeito tende a restringir seu entendimento e viver num contexto de reclusão reflexiva. É o que aborda Arendt ao citar as meditações do filósofo Epicteto, que em suas obras desenvolveu considerações sobre o tema:

Na opinião de Epicteto (*Dissertationes*, livro 3, capítulo 12), o homem solitário (*éremos*) vê-se rodeado por outros com os quais não pode estabelecer contato e a cuja hostilidade está exposto. O homem só, ao contrário, está desacompanhado e, portanto, "pode estar em companhia de si mesmo", já que os homens têm a capacidade de "falar consigo mesmos". Em outras palavras, quando estou só, estou "comigo mesmo", em companhia do meu próprio eu, e sou, portanto, dois-em-um; enquanto, na solidão. Sou realmente apenas um, abandonado por todos os outros. A rigor, todo ato de pensar é feito quando se está a sós, e constitui um diálogo entre eu e eu mesmo; mas esse diálogo dos dois-em-um não perde o contato com o mundo dos meus semelhantes, pois que eles são representados no meu eu, com o qual estabeleço o diálogo do pensamento. O problema de estar a sós é que esses dois-em-um necessitam dos outros para que voltem a ser um — um indivíduo imutável cuja identidade jamais pode ser confundida com a de qualquer outro. (ARENDDT, 1969, p. 528, 529)

O estado de solidão, contudo, entendido por Arendt como o “fundamento para o terror”, se faz através da transformação dos indivíduos em objetos, instrumentos da hegemonia totalitária, retirando dos seres seu entendimento sobre a comunidade que ocupa, sobre os outros a sua volta e, por fim, sobre si mesmos, lhes retirando seu medo, resistência, e até mesmo sua história.

Entende-se que a solidão seria, portanto, o maior efeito totalitário, pois apenas quando ele assume o poder é que se coloca em prática o que até então era apenas uma expressão da ideologia adotada. Assim, o governo totalitário passa a subjugar completamente a população, quando então se pode entender sua verdadeira natureza, o que pretende e o que é capaz de realizar.

O preparo triunfa quando as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar. O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento). À questão que levantamos no início destas considerações, e à qual agora retornaremos, diz respeito ao tipo de experiência básica na vida humana em comum que inspira uma forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico. (ARENDDT, 1969, p. 526)

Com isto, pode ser compreendido que o momento em que o totalitarismo alcança o poder é aquele em que não encontra mais oposição, onde a população já se encontra integralmente dominada pelo terror aplicado e refém de sua ideologia. Dessa forma, neste capítulo me dedico a traçar o percurso que o governo totalitário faz até o seu domínio total, os meios utilizados nesse processo e como a definição de solidão se relaciona a este cenário. A análise que proponho demanda, ainda, a observação acerca das noções de desenraizamento e superfluidade, que relacionam-se à ideia de solidão, surgindo como elementos importantes na compreensão do que seria este estado. Portanto, o objetivo deste capítulo é o de apresentar o conceito de solidão como principal objetivo totalitário, uma vez que com a eliminação da espontaneidade dos indivíduos, interrompe-se a probabilidade de haver resistência à sua dominação.

2.1 Ação: a atividade humana por excelência

Nesta sessão, pretendo apresentar algumas reflexões da autora que serão necessárias para introduzir e embasar a discussão que proponho nesta pesquisa. A ação seria a atividade humana por excelência, segundo Arendt, considerando ainda duas outras atividades abordadas em sua obra *A Condição Humana*: o trabalho e a obra. Abordarei a noção de cada uma delas a fim de relacionar os conceitos, indicando como cada uma se relaciona às esferas pública e privada e como são exercidas em cada um destes âmbitos. Ao refletir sobre essas atividades e como se relacionam com essas esferas, pretendo apresentar como emerge a ideia de Arendt acerca da pluralidade, que pode ser entendida pelo fato de que cada ser humano é distinto um do outro, e como essa noção se relaciona à ação e também à atividade do pensamento.

A ação é a maior expressão de humanidade, segundo Arendt, na medida em que manifesta, por meio do discurso, a singularidade, ou o fato de que cada ser é completamente distinto um do outro. A ação espontânea é o que distingue o ser humanos entreos demais, sendo possível, por isso mesmo, apenas dentro de um espaço plural, que permite a

relação dos homens através do mundo das aparências, propiciando que cada ser se mostre e acolha a distinção manifestada na aparência do outro. Para Arendt, a ação é a única atividade que não pode sequer ser imaginada fora da vida em comunidade:

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do labor não requer a presença de outros, mas um ser que *laborasse* em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão. Um homem que trabalhasse e fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo não deixaria de ser um fabricante, mas não seria um *homo faber* tria perdido a sua qualidade especificamente humana e seria, antes, um deus – certamente não o Criador, mas um demiurgo divino como Platão o descreveu em um dos seus mitos. Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros. (ARENDR, 2007, p.31)

A fim de apresentar a ação como a atividade em mais alta conta entre os seres humanos, Arendt recupera em *A Condição Humana* a experiência e o pensamento político da Grécia Antiga, quando a política, segundo a autora alcançou sua maior dignidade. Afirma a autora, nesta obra, que para Aristóteles duas eram as principais atividades em uma comunidade, a ação e o discurso, das quais surge a esfera dos negócios humanos, excluindo tudo que fosse exclusivamente necessário e útil. A distinção entre as esferas pública e privada, na experiência da Grécia Antiga, estava na existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas. A comunidade natural do lar baseava-se na necessidade de subsistência e de reprodução da espécie, enquanto na *pólis* reinava a liberdade. A relação entre essas duas era a de que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *pólis*. Dentro da esfera da família a liberdade não existia, já que os indivíduos ou ocupavam lugar de submissão ou de domínio. Mesmo o chefe de família só era considerado livre se optasse por deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais.

A esfera pública não poder ser substituída, seja através da educação ou de habilidades pessoais, apenas ela é o local ideal para a superioridade humana. A noção de senso comum só é possível dentro da esfera pública, onde todos podem compartilhar seus sentimentos e compreensões: sem o espaço público não poderíamos atestar a realidade do mundo ou de nós mesmos. Por comum compreende-se aquilo que possa ser compartilhado por todos e a realidade, por sua vez, seria atestada por meio das aparências, por tudo que pode ser visto e ouvido por nós e pelos outros, o que se diferencia daquilo que pensamos e sentimos em nosso

íntimo. Somente na presença do outro que ouve e enxerga o mesmo que eu é que podemos reconhecer a veracidade de determinada existência, inclusive da nossa.

Nas circunstâncias modernas, essa privação de relações objetivas com os outros e de uma realidade garantida por intermédio destes últimos tornou-se o fenômeno de massa da solidão, no qual assumiu sua forma mais extrema e mais anti-humano. O motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói a esfera pública e a esfera privada: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual antes eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até mesmo os que eram excluídos do mundo podiam encontrar- lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família. (ARENDRT, 2007, p. 68)

A delimitação dos domínios público e privado nos servirá, logo à frente, à compreensão de como os seres humanos são privados dessas esferas nas experiências pré-totalitárias e totalitárias, levando ao isolamento e solidão. Ao empreender a análise desta delimitação, Arendt destaca as atividades que indicariam a vida ativa dos homens, sendo elas a ação, a obra e o trabalho, que compõem a *vita activa*, abordada em *A Condição Humana*. Em paralelo a estas atividades existe a contemplação, que apesar de mencionada na obra de 1958, viria a ser refletida de forma devida por Arendt somente em *A Vida do Espírito*. A contemplação é dependente de todos os tipos de atividade, uma vez que para que exista a paz, que é fundamental para que possa haver a contemplação é preciso inicialmente que aconteça o trabalho que produz o que é necessário para a sobrevivência dos seres e da fabricação para criar tudo que é preciso para proteger o corpo humano.

Na atividade do trabalho os homens produzem aquilo que é necessário para atender às demandas vitais, como alimentar o corpo humano. Essa, portanto, é uma atividade cíclica e que não tem fim, diferente da fabricação que tem sua atividade encerrada quando o produto está pronto. O *homo faber* faz uso da natureza, a fabricação e o consumo são processos diferentes, ao contrário do que acontece com o trabalho que tem no consumo seu processo repetitivo e cíclico. O trabalho não tem um começo ou fim, apenas intervalos causados pela exaustão. A ação, apesar de possuir um início não possui definição para seu fim ou uma previsão do que virá. Já o processo de fabricação ao contrário da ação não é irreversível e pode ser presumível.

Entre as atividades necessárias para uma vida ativa, apenas a ação depende de uma conjuntura plural para se realizar. Visto que o trabalho e a obra são funções que baseiam-se nas capacidades físicas e criativas do indivíduo, sem que este precise necessariamente de outros, podendo desenvolvê-las sozinho. Por não ser fabricada, a ação não tem um autor, apenas um ator que vive de forma imprevisível dentro de uma teia de relações as quais levam a incontáveis

consequências. A ação também afasta-se da atividade do trabalho por ser esta uma necessidade humana imediata e, por isto, se limita à esfera privada, enquanto a ação só é possível dentro da esfera pública na relação entre os seres humanas.

Apresentadas as atividades necessárias para uma vida ativa, destacarei as considerações realizadas por Hannah Arendt em relação atividade da ação e como esta, relacionada a ideia de pluralidade serve de base para toda a discussão que aqui me proponho. Para Hannah Arendt o agir do sujeito depende primeiramente de uma situação de pluralidade, pois para que se possa ter uma ação e uma comunicação entre os sujeitos, é necessário que exista de forma concomitante diferenças e igualdade entre eles. É necessária a semelhança para que compreendam-se, para que, igualmente, manifestem quem são por meio do discurso e se ouçam, sendo acolhidos em sua distinção. No entanto, é justamente a diferença entre eles o que os faz precisar do discurso e de sua ação, só assim, através da ação humana é que se pode entender o outro, caso contrário bastariam simples sinais e a realização de ruídos para que se fosse possível entender.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem duplo aspecto de igualdade e diferença, Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais ou de fazer, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazer entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas. (ARENDR, 2007, p. 188)

É através do discurso e da ação que o homem distingue-se, ou seja, no instante em que ele manifesta sua singularidade no espaço público quando relaciona-se com os demais. Portanto para que aconteça essa revelação do sujeito em oposição a sua simples permanência física no mundo é necessário que ele atue no meio de forma ativa. O homem pode abster-se de outras atividades como o trabalho ou sem adicionar algo de frutífero ao espaço que ocupa, sem que por isto, torne-se menos humano, mas no instante em que renuncia ao discurso e a ação, deixa de constituir-se como homem entre os demais.

Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como mero objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação, em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra atividade da *vida activa*. (ARENDR, 2007, p. 189)

A cada nascimento surge uma infinidade de possibilidades com um novo indivíduo, pois antes dele não havia ninguém como ele. Com a natalidade inicia-se uma nova ação e a partir do discurso surge uma distinção ao efetivar a singularidade do indivíduo na pluralidade que é viver como diverso entre similares.

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e nosom singular da voz. Esta revelação de ‘quem’, em contraposição a ‘o que’ alguém é, os dons, qualidades, talentos e defeitos que alguém pode exibir ou ocultar, está implícita em tudo que se diz ou se faz. (ARENDR, 2007, p. 192)

A revelação do que alguém é está justamente em seu discurso, pois é através dele que a ação possui seu caráter revelador: sem o discurso a ação perderia seu ato. Aquele que realiza a ação é o autor dos termos do discurso, pois apesar de determinadas atitudes poderem ser compreendidas por suas simples demonstrações, é a partir das palavras que o autor poderá expressar sua verdadeira intenção com elas. A ação do indivíduo demonstra quem ele é, por isso que a alusão ao soldado desconhecido do Pós Primeira Guerra Mundial, fundamenta a situação da perda da identidade, uma vez que não se pode reconhecer seus feitos, suas ações dentro dos violentos quatro anos de guerra e, conseqüentemente sua distinção quanto sujeito.

Os monumentos ao ‘Soldado Desconhecido’, erigidos após a primeira Guerra Mundial comprovam a necessidade, imperante ainda na época, de glorificar, de encontrar um ‘quem’, um alguém identificável que quatro anos de carnificina haviam deixado de revelar. A frustração desse desejo e a disposição de não aceitar o fato brutal de que ninguém havia, realmente, sido o agente de guerra, inspiraram a construção desses monumentos ao ‘desconhecido’, a todos aqueles a quem a guerra havia privado de identidade, roubando-lhes não os atos, mas a dignidade humana. (ARENDR, 2007, p. 193)

A alteridade, que se estabelece dentro das relações de contraste, torna-se um elemento importante no contexto de pluralidade, o que permite que façamos as distinções do que está a nossa volta, ao diferenciarmo-nos dos demais. É do homem a habilidade de revelar-se a si mesmo e aos outros, e não só comunicar algo, mas mostrar sua essência através de sua singularidade. Desse modo, Arendt identifica a pluralidade humana como a ‘paradoxal pluralidade de seres singulares’ (ARENDR, 2007). Na tentativa de descrever alguém, caímos

no equívoco de citar características que o construam, numerando qualidades que se aproximam de outros e fazer comparações. Com isso perdemos seus aspectos mais singulares e nos distanciamos de sua verdadeira essência ao querer dizer o que ele é. Este equívoco se faz através do erro que cometemos ao longo de nossa busca, ao invés de tentar descrever o sujeito citando o que ele é, devemos compreender qual tipo de “quem” ele é. Esta é apenas uma das frustrações que sofrem a ação na convivência dentro de uma coletividade.

A ação e o discurso, portanto, têm o poder de revelar o seu agente, como uma confirmação do nascimento do homem, reafirmando sua chegada física. A ação diferencia-se da obra, pois não se faz como necessária ou possui utilidade prática como no trabalho, e não requer qualquer condição para acontecer. Apesar de existir uma busca/ competição por objetos concretos no mundo, os sujeitos se demonstram como seres completamente diversos. Onde existir convivência entre os homens, existirá a teia de relações entre eles. A manifestação da identidade a partir do discurso e de um novo início com a ação sempre acontecem dentro de uma teia já estabelecida e nela reproduzem suas repercussões. Esse novo começo instalado sobre a teia já existente de relações, mais a frente irá gerar novas consequências na vida de cada um que dela já fizer parte.

Apesar do discurso e da ação inserirem a individualidade de cada ser no mundo, este sujeito não é autor da sua própria história, é seu ator mas não a produziu. A história de cada um apesar de ter um agente que a realize não tem um autor, ou seja, não tem ninguém que a esteja criando. Apenas revela-se o agente, sendo que esta manifestação apesar de se fazer intangível, se materializa após a realização dos fatos ocorridos através da ação e dos discursos.

Ao afetar alguém através de minha ação, automaticamente gero outras que serão as reações daqueles que receberam inicialmente a minha. Estes efeitos só poderão ser julgados por aquele que sucede os atores das ações, pois apenas quando tudo se fez é que se pode concluir sobre suas repercussões, o que será impossível para os próprios participantes. Portanto, não é o ator que faz a história mas seu narrador, o que a percebe de forma completa.

Ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir. A ação e o discurso necessitam tanto da circunvizinhança da natureza da qual obtém matéria-prima, e do mundo, onde coloca o produto acabado. (ARENDRT, 2007, p. 201)

É neste contexto, ao desenvolver esta análise sobre a relação entre as esferas pública e privadas e as atividades da vida ativa, que *A Condição Humana* nos serve a uma compreensão mais clara do que Arendt apresenta em *Origens do Totalitarismo*: o isolamento retira do homem

sua ação, sua possibilidade de expor sua singularidade entre os demais, portanto, destrói a possibilidade de seu discurso. Enquanto a natureza oferece ao fabricante matéria prima para suas obras, a relação dos indivíduos em uma teia é o que oferece recursos/possibilidades de existir a ação humana.

Mais importante é a descoberta que se deve, ao que eu saiba, exclusivamente a Montesquieu, o último pensador político seriamente preocupado com o problema das formas de governo. Montesquieu percebeu que a principal característica da tirania era que se baseava no isolamento – o isolamento do tirano em relação aos seus súditos, e dos súditos entre si através do medo e da suspeita generalizada – e que, portanto, a tirania não era uma forma de governo como qualquer outra, mas contradizia a condição humana essencial da pluralidade, o fato de que os homens agem e falam em conjunto, que é a condição de todas as formas de organização política. (ARENDR, 2007, p. 214)

Uma vez isolados, os indivíduos se mantêm afastados da esfera pública e passam a focar em atividades ligadas diretamente às suas necessidades particulares, como o trabalho. Com isto, passam a limitar-se na busca por sobrevivência a partir da produção daquilo que é essencial e consumido imediatamente. Apesar de necessária, a atividade do trabalho ao tentar acompanhar as demandas de consumo, coloca os sujeitos numa condição restrita e cíclica, pois os tornam cada vez mais limitados as suas necessidades particulares e cada vez menos conscientes do espaço político.

Na obra, o homem constrói algo que passa de sua dimensão privada ao espaço comum, levando seus efeitos a gerações que ainda virão, portanto a obra produzida pela obra com o *homo faber* tem sua parcela na esfera privada daquele que a produziu e ganha proporções públicas ao longo dos tempos, realizando uma comunicação mesmo que indireta entre aqueles que dela usufruir. Diferente do *animal laborans*, que se encontra dentro de uma repetição de atividades, e que é incapaz de criar algo, o *homo faber* apenas recebe ordens e reproduz o que lhe é ensinado. O *animal laborans* é o contexto que se encontra o homem de massa e se faz como estágio inicial da situação de solidão.

O estado de solidão, por conseguinte, é aquele em que o indivíduo já perdeu a comunicação com seus semelhantes e, como resultado, a possibilidade de se colocar no mundo e manifestar *quem* ele é. Além disso, perdeu o diálogo consigo mesmo, assim como o espaço que lhe servia de refúgio que é o seu lar, onde suas necessidades humanas mais básicas são sanadas. Isto é, no estado de solidão tanto a esfera pública quanto a privada são aniquiladas. Assim, desumaniza-se os indivíduos que não reconhecem-se mais como seres no mundo.

Como será analisado ao longo do texto, o totalitarismo retira dos seus súditos sua espontaneidade, sua habilidade de interferir no mundo, e para isso utiliza-se da ideologia, fazendo com que a lógica de uma única ideia guie a vida dos sujeitos, transformando-os em instrumentos de seus objetivos, e é por isso que os retira do convívio em comum e sua ação, pois apenas assim se faz possível o seu domínio total.

2.2 Isolamento x Sociedade de Massas

Nesta seção, pretendo estabelecer uma relação entre o conceito de isolamento e o contexto das massas ao demonstrar como estas prepararam o terreno para o domínio totalitário. A definição do que seriam as massas estaria muito mais ligada à sua fragmentação do que mesmo a união de um grupo, tendo em vista serem seres humanos que se destacam por seu desprezo a questões políticas.

Arendt analisa o conceito de isolamento como um fenômeno pré-totalitário, e apesar dos atos totalitários serem reconhecidos como uma novidade em relação a outros tipos de autoritarismo, é uma condição já reconhecida das tiranias. Para que o terror pudesse exercer seu domínio total era preciso primeiramente isolar os indivíduos; para fragilizar um grupo seria necessário enfraquecer sua união, afastando os seres humanos uns dos outros. Uma vez distantes, os homens se tornam mais frágeis e sua reação conseqüentemente se torna ainda mais ineficaz. Apesar disto, o isolamento, por si, não destrói por completo a capacidade humana, mesmo que uma sociedade com indivíduos isolados uns dos outros se desarme e esteja bem mais vulnerável a possíveis intervenções, suas aptidões mais inatas são preservadas:

O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele. Esse isolamento é, por assim dizer, pré-totalitário; sua característica é a impotência, na medida em que a força sempre surge quando os homens trabalham em conjunto, "agindo em concerto" (Burke); os homens isolados são impotentes por definição. O isolamento e a impotência, isto é, a incapacidade básica de agir, sempre foram típicos das tiranias. Os contatos políticos entre os homens são cortados no governo tirânico, e as capacidades humanas de ação e poder são frustradas. Mas nem todos os contatos entre os homens são interrompidos, e nem todas as capacidades humanas são destruídas. Toda a esfera da vida privada juntamente com a capacidade de sentir, de inventar e de pensar, permanece intacta. (ARENDR, 1969, p. 526)

Para Hannah Arendt a sociedade de massas se torna a maior ponte de acesso do movimento totalitário ao poder. No que diz respeito à definição do que seriam as massas estaria muito mais ligado a sua fragmentação do que mesmo a união de um grupo, tendo em vista

serem indivíduos que se destacam por seu desprezo a questões públicas. Como já foi apontado, o estado de isolamento pode ser percebido como primeira característica do homem da massa em razão de sua falta de relações coletivas, pois o modo de trabalho, de exercer as atividades e conseqüentemente as relações alteraram-se completamente. Os trabalhos até então realizados se baseavam em serviços manuais, onde exigia-se a capacidade técnica e intelectual dos fabricantes, a partir das linhas de produção vindas com as fábricas. Assim, a população já não precisava mais pensar sobre o que era produzido; o próprio exercício, baseado na repetição excessiva de tarefas, retirou dos trabalhadores a sua necessidade de intervir nos processos, junto a isso, as excessivas jornadas de trabalho que não possibilitavam mais o descanso adequado. A partir desse novo contexto as coletividades resultaram na geração de pessoas- produto, ou seja, indivíduos que se reduziram a instrumentos de trabalho e perderam suas capacidades reflexivas sobre o espaço que viviam e sobre si mesmas.

É nesse contexto que pode-se perceber a formação das massas, grupos de pessoas vivendo dentro de um mesmo contexto, mas que sequer conseguiam se enxergar, perceber suas necessidades ou as do outro. Este estágio prepara para o que Hannah Arendt viria a identificar no totalitarismo: uma inovação em meio às demais formas de ditadura até então aplicadas, e essa novidade acontece justamente a partir destas circunstâncias, no instante em que transformam as massas até então no estado de isolamento em seres solitários. Já que nas tiranias, apesar de não ser aceita a oposição, os indivíduos ainda conseguiam pensar, se indignar e resistir, apesar de serem punidos por isto.

Como já foi apontado, a estratégia utilizada pelo movimento totalitário, ao usar a ideologia no intuito de sucumbir estes sujeitos ao que chamariam de propósito faz com que a população concorde com seus atos ao indicar que estes seriam a sua salvação, a liberdade da crise que os assolava.

A atomização social e a individualização extrema precederam os movimentos de massa, que, muito antes de atraírem, com muito mais facilidade, os membros sociáveis e não-individualistas dos partidos tradicionais, acolheram os completamente desorganizados, os típicos "não alinhados" que, por motivos individualistas, sempre se haviam recusado a reconhecer laços ou obrigações sociais. (ARENDR, 1969, p. 366)

Apesar da sua ausência de articulação e organização, as massas são a porta de entrada para os movimentos totalitários. Podem encontrar-se em qualquer Estado e geralmente representam aqueles que demonstram desinteresse por exercer ativamente a vida política. De acordo com Costa (2018) a sistematização realizada às massas pelos movimentos totalitários só

é possível pela ausência de interesses que compartilham entre si. Ademais sequer podem identificar as necessidades e os objetivos em comum que possuem já que lhes falta organização e interação.

Com este distanciamento, a propaganda totalitária pôde ser mais facilmente assimilada, assim como o menosprezo por argumentos opostos, dessa forma foi sendo formada a alienação de um grupo sem qualquer aproximação de pensamento ou posicionamento político e, que por muito tempo foi ignorado pelas demais associações. No entanto, não se pode condicionar a formação de movimentos totalitários unicamente ao distanciamento das questões políticas. A classe burguesa construiu um corpo social baseado na concorrência e a aquisição de bens e, de forma concomitante, uma adversidade a vida pública, o que ocorreu não só em relação as camadas oprimidas e marginalizadas mas também a sua própria esfera.

O momento em que pode-se apontar a formação dessa massa de indivíduos, se faz justamente no instante de crise que se assolou na Europa com o fim da Primeira Guerra Mundial, diante de um cenário desastroso para as coletividades e de grande instabilidade política. Arendt explica que esse contexto de declínio social fez com que grande parte da sociedade se visse na mesma situação, o que todavia fez com que cada indivíduo julgasse sua própria sorte de maneira separada diante da mesma questão.

A verdade é que as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe. A principal característica do homem da massa não é a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais. Vindas da sociedade do Estado-nação, que era dominada por classes cujas fissuras haviam sido cimentadas pelo sentimento nacionalista, essas massas, no primeiro desamparo da sua existência, tenderam para um nacionalismo especialmente violento, que os líderes aceitavam por motivos puramente demagógicos, contra os seus próprios instintos e finalidades. (ARENDR, 1969, p. 366, 367)

É justamente no pós Primeira Guerra Mundial que Arendt remete à formação dos sujeitos de massa, pois a instabilidade que ocorreu na Europa fragmentou sua população, decompondo as classes e iniciando o processo de massificação destes indivíduos, além disto, seria uma característica desses homens a busca pelo destaque social e a valorização pela imparcialidade política (GAUTON, 2016). É neste contexto que os homens passam a ser privados da esfera pública e foi exatamente nesse isolamento que houve uma combinação de comportamentos, passando assim a integrar-se ao contexto de massas. Estes sujeitos estavam gradativamente perdendo o interesse e a percepção não só sobre o mundo a sua volta mas,

inclusive, as motivações para sua existência. Ao descrever o processo da formação das massas, cita Arendt:

Nem o mais sofisticado individualismo evitava aquele autoabandono em direção à massa que os movimentos de massa propiciavam. O fato de a individualização e a cultura não evitarem a formação de atitudes de massa era tão inesperado que foi atribuído à morbidez e ao niilismo da moderna *intelligentsia*, ao ódio de si próprios que supostamente caracteriza os intelectuais. Não obstante, os caluniados intelectuais constituíam apenas o exemplo mais ilustrativo e eram os porta-vozes mais eloquentes de um fenômeno geral. (ARENDDT, 1969, p. 367)

A desintegração dos indivíduos e seu desligamento em relação aos demais produziram as massas que atraíam aqueles que não se encaixavam em qualquer comunidade e que também se encontrava desagregado de qualquer interesse em comum.

Essa desarticulação de um grupo que assim foi designado não por sua unidade mas ao contrário, pela ausência de organização, de interesse social ou de exercício político fez com que esta comunidade se tornasse completamente vulnerável, conduzindo à implantação de governos autoritários. Um dos principais atributos de um povo individualizado não é a sua ignorância diante dos acontecimentos, mas o seu isolamento e inércia diante destes, assim como um gradual afastamento entre os sujeitos.

A indiferença política que ocorre de forma recorrente nos momentos de crise seja em relação a um regime em específico ou a de um gestor, tendem a afastar os indivíduos desses espaços. Entretanto, os efeitos são geralmente uma piora dessa instabilidade, quanto mais os sujeitos se afastam do contexto político mais facilmente são manipulados por seus dirigentes. Sobre os perigos desse afastamento, esclarece Costa (2018):

As massas perderam também sua identidade e, por isso, não possuem um conjunto de opiniões, perspectivas, interesses e reivindicações próprias. Como consequência imediata, seguem os padrões e convicções gerais compartilhadas por toda a sociedade, sendo, portanto, padronizadas. Todas essas atitudes são claramente apolíticas porque restringem a possibilidade da ação política. Desse modo, dadas essas características e o seu grande número, as massas são não só necessárias para os movimentos totalitários, como são facilmente cooptadas por eles. (COSTA, 2018, p. 70,71)

Por conseguinte, as massas se tornam um dos principais elementos do totalitarismo, pois são o retrato mais próximo que se tem de um ser humano solitário antes da aplicação do terror, que acontecerá apenas no momento de domínio total do totalitarismo. Arendt (1969) afirma que “os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas”.

O partido nazista tomou o poder na Alemanha através de um sistema legal sem uso de força, ou seja, foi escolhido pela maioria da população que naquele instante já era representada pelas massas, sendo que foi a partir dela e com ela que Hitler conseguiu se manter no poder.

Os movimentos totalitários conseguiram criar não só adeptos de suas ideias, mas seguidores leais a ponto de não fazerem distinção da execução de seus inimigos ou de parentes próximos, ou de si mesmos, caso este ato o mantivesse como integrante fiel do partido e seja cometido em nome do movimento e de seus objetivos finais, então se fazia justificável. (ARENDDT, 1969). Isto significa que os sujeitos perdem a comunicação não só com o meio em que vivem mas com si mesmos, o que lhe limita a reflexão e lhes retira o senso crítico necessário no exercício de uma vida ativa. Ao identificar os movimentos totalitários, elucida Arendt:

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. (ARENDDT, 1969, p. 373)

Com isto, consegue-se compreender que será nas massas que o totalitarismo encontrará sua oportunidade de ascensão, assim como a manutenção do seu poder, aprimorando cada vez mais esse indivíduo, limitando suas chances de refletir sobre seus atos, eliminando qualquer risco de que este sujeito possa se colocar contra o movimento. Como exemplifica a autora:

Além disso, o ativismo parecia fornecer novas respostas à velha e incômoda pergunta “quem sou eu?”, que ocorre com redobrada persistência em tempos de crise. Se a sociedade insistia em “és o que pareces ser”, o ativismo do pós guerra respondia “és o que fizeste” — por exemplo, o homem que pela primeira vez atravessou o Atlântico num aeroplano (como em *Der Flüg der Lindberghs* —, resposta que, após a Segunda Guerra Mundial, foi repetida com uma pequena variação por Sartre: “és a tua vida” (em *Huis clos*). (ARENDDT, 1969, p. 381)

O colapso gerado no pós guerra claramente não surtiu efeitos apenas de ordem econômica e políticas na Europa, mas especialmente nos seus cidadãos, inclusive naqueles que sentiram-se vítimas do poder até então instalado. Segundo Arendt, foi instaurada uma sensação de aprisionamento em contradição ao entusiasmo compartilhado na era imperialista, encontrando-se em comum então, a sensação de desgoverno e a aspiração pela agressão. O desejo de destruição, por sua vez, entregava àquela sociedade uma sensação de separação de um meio que lhe foi preestabelecido, assim como alimentava a ideia de que sua eliminação

pudesse acontecer a partir destes posicionamentos. Estes indivíduos traziam consigo um imenso desejo de romper com a realidade a qual estavam submetidos, ou seja, com toda gestão que até então tinha sido realizada pelos governos passados. Com isto, o instinto de violência passou a ser não só sentido, mas nutrido, a fim de que pudesse repercutir de alguma forma para pôr fim a toda aquela situação de crise extrema a qual foram submetidos.

A ideologia, por sua vez, aplicada pelos governos totalitários, se encarregou da solução para a crise que assolava a todos, pregando o cumprimento das leis da natureza e da história, as quais seriam as responsáveis por toda recuperação das sociedades e da ascensão destas. Ao mesmo tempo, alimentava-se a reprodução e a obediência por parte dos indivíduos. Apesar do cenário de violência e completo caos que se instaurou, cada vez menos era sentido ou ponderado sobre tudo o que vinha sendo realizado.

Não importavam as consequências, se fosse possível sinalizar aos demais os feitos destes indivíduos e o valor destes, mesmo sendo esta uma marca negativa. O sujeito do pós guerra foi na verdade a sua pior consequência. A Primeira Guerra Mundial confeccionou um número considerável de pessoas completamente perdidas: de seus valores morais, de suas crenças, de sua identificação nacional e até de si mesmos. Com isto, as ideologias que pregavam atos de violência, argumentos vazios que defendiam a intolerância a inúmeras outras camadas foram facilmente assimiladas e justificadas - inclusive por intelectuais da época. As mentes vazias produzidas na crise pós guerra, portanto, foram o maior berço do totalitarismo.

Ao homem livre de ideias e ações não se faz possível a dominação, as massas se fizeram a maior e mais segura ponte ao totalitarismo, pois a partir delas foi possível a antecipação de seus atos, de suas reações. Não há nada que ateste de forma mais absoluta o cumprimento de ordens do que a ausência de reflexão de quem as cumpre. Logo, é na inatividade humana que surgem os carrascos totalitários e, simultaneamente, possibilita-se a desumanização de suas vítimas.

Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. Em sua ascensão, tanto o movimento nazista da Alemanha quanto os movimentos comunistas da Europa depois de 1930, recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou estúpidas para lhes merecerem a atenção. A maioria dos seus membros, portanto, consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isto permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição: os movimentos, até então colocados fora do sistema de partidos e rejeitados por ele, puderam moldar um grupo que nunca havia sido atingido por nenhum dos partidos tradicionais. Assim, sem

necessidade e capacidade de refutar argumentos contrários, preferiram métodos que levavam à morte em vez da persuasão, que traziam terror em lugar de convicção. (ARENDDT, 1969, p. 361, 362)

Com isto, esses homens distantes do espaço público e vazios politicamente, tornaram-se um fácil alvo para a adesão de uma ideologia. Sobre a caracterização das massas elucidada Abreu (2010) que são o começo e o fim totalitário, é através delas é que a novidade totalitária pode ser colocada em prática, ou seja, será a partir de uma sociedade massificada que o totalitarismo poderá expandir seu poder e conquistar toda humanidade.

Podemos concluir então que o estado de isolamento é um dos passos iniciais do processo que levou o totalitarismo ao poder. Dentro deste percurso pôde ser observada a transformação do *homo faber* em *animal laborans*, a partir da massificação dos indivíduos e, conseqüentemente, a padronização de suas ideias, o que refletiu na ausência de pensamento.

A partir desta observação, podemos analisar como o isolamento dos indivíduos pode fragilizar uma comunidade e envolvê-la num contexto de manipulação, ao qual sequer conseguem compreender, quanto mais resistir a este controle:

O isolamento é aquele impasse no qual os homens se veem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída. E, no entanto, o isolamento, embora destrua o poder e a capacidade de agir, não apenas deixa intactas todas as chamadas atividades produtivas do homem, mas lhes é necessário. (ARENDDT, 1969, p. 527)

Portanto, resta investigar o contexto totalitário no momento em que realmente ascende ao poder, onde toda a sua ideologia, seus planos de ação são postos em prática, aplicando o que até então acontecia de forma tímida ou ainda se fazia como mero planejamento.

O momento em que os governos podem considerar-se como verdadeiramente totalitários é no instante em que não se preocupam mais com o convencimento dos governados, a população já está dominada, tornando-se completamente subjugada e a violência toma sua maior proporção, mesmo sem a resistência das vítimas. Este é o momento em que se instala o terror, no qual inexiste oposição, e a partir de então seu foco volta-se a execução daquilo que acreditam ser a razão do seu poder.

2.3 Solidão x Governo Totalitário

Ao se ultrapassar os limites das dimensões do isolamento Arendt identifica o que chama de solidão, o estado mais drástico do totalitarismo, retirando de suas vítimas sua capacidade reflexiva e colocando-as sob um estado inumano no qual o terror ultrapassa a violência física:

Enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo. O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se a solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. (ARENDR, 1969, p. 527)

A solidão é um fenômeno preparado pelo isolamento, que poderia ser identificado no contexto da Revolução Industrial, quando percebe-se justamente a passagem do *homo faber* para o *animal laborans*, em que o sujeito se torna cada vez menos dinâmico e muito mais intuitivo, instruído para a repetição e deixando de lado sua ponderação sobre o ambiente que habita. Esse contexto traz outros elementos caracterizadores das massas formadas naquele período, que são os de desarraigamento e superfluidade, que preparam para o estado de solidão e implica:

Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma. O desarraigamento pode ser a condição preliminar da superfluidade, tal como o isolamento pode (mas não deve) ser a condição preliminar da solidão”.

Hannah Arendt explica desarraigamento como o fato de alguns indivíduos não possuírem um lugar ao qual pertençam:

O desarraigamento foi a verdadeira fonte daquela "consciência tribal ampliada", que, na verdade, significava que os indivíduos desses povos não tinham um lar definido, mas sentiam-se em casa onde quer que vissem outros membros de sua "tribo". (ARENDR, 1969, p. 264)

O desarraigamento pode gerar a superfluidade, uma vez que os indivíduos que assim se encontram não possuem identidade ou segurança no ambiente que habitam. Aquele que está desligado de um lugar, de uma comunidade que lhe dê garantias jurídicas e políticas e vínculos sociais, se aproxima mais facilmente de uma realidade supérflua, assim como o sujeito que se

encontra em uma situação de isolamento se encontra em um estado pré-solitário. É simples perceber que aqueles que não possuem conexões, seja em relação ao território que integram ou à conjuntura social que se encontram, estarão sempre mais vulneráveis, pois a ausência de identidade e participação nos assuntos públicos tiram de determinados sujeitos sua voz, sua autonomia de opinar sobre o espaço que ocupam.

Todavia, a solidão, segundo Arendt, não pode ser considerado o mesmo que estar só ou solitude: posso estar só, afastado dos demais e estar acompanhado dos meus pensamentos, e ao mesmo tempo, é possível estar na companhia de outros e me sentir solitário. A solidão a qual foram submetidas as vítimas dos campos de concentração, remete-se diretamente ao aniquilamento da conjuntura plural destas, tendo em vista que tiveram suas esferas público e privada anuladas. Isso porque além de serem afastadas do espaço público, da relação com o meio social, como vimos no contexto pré-totalitário, elas tiveram toda sua humanidade devastada, de forma que já não podiam se perceber como indivíduos, pois estavam completamente solitárias, destituídas de direitos, do convívio com os demais seres humanos exercido por meio da ação e do discurso e de si mesmas.

A perda da pluralidade coloca os indivíduos em uma dimensão única, limitada às suas particularidades, às suas interpretações. O diálogo que estabeleço comigo mesmo jamais será tão avançado se não puder sair da minha própria mente, da minha visão, dos meus sentimentos. Minha forma de interpretar o espaço à minha volta só poderá ser validada quando questionada, e este questionamento não surgirá enquanto estiver preso em mim mesmo, isto é, quando prescindir da convivência com os outros:

A pluralidade humana, condição básica de ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e diferença, se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. (...) O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer com certeza, que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais. (ARENDR, 2007, p. 188, 189)

Ou seja, para Arendt o agir seria a atividade básica para que os homens pudessem se constituir enquanto seres humanos singulares e ao mesmo tempo como participantes de uma comunidade política. Portanto, no momento que exerço minha capacidade de diferenciar-me dos demais ao criar, pensar e expressar as capacidades que me caracterizam como ser único, estou estabelecendo minha singularidade e, concomitantemente, me igualando através do meu discurso com o outro, a habilidade que temos de ser diversos.

Assim, o estado de solidão seria justamente o contrário, seria a perda de mim mesmo e portanto, da possibilidade de reafirmar minha singularidade diante dos demais. Ao tornar-se solitário, o indivíduo perde sua individualidade, não distinguindo-se mais dos seus semelhantes e, ao perder sua capacidade de expressar sua singularidade dentro de um grupo perde-se deste e de si mesmo.

O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós, mas cuja identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos meus iguais. Nessa situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo. (ARENDR, 1969, p. 529)

Arendt relaciona solidão à experiência totalitária e a define como sua maior expressão e novidade em relação às demais formas autoritárias de governo. A solidão de forma sistemática pode vir a destruir a humanidade, tendo em vista que o perigo que oferece a imobilidade reflexiva se faz ainda mais drástica do que a impotência dos indivíduos em relação ao domínio de poucos ou como ocorreu no Nazismo, de apenas um. A autora levanta o questionamento se teria o totalitarismo, já considerado como uma novidade, uma natureza própria ou se seria apenas o resultado da crise do século XX, com as mudanças no perfil das sociedades levadas a partir das novas formas de produção estabelecidas e, além disto, do colapso das outras formas de governo até então realizadas:

Com relação a estas reflexões, podemos indagar se o governo totalitário, nascido dessa crise e, ao mesmo tempo, o seu mais claro sintoma, o único inequívoco, é apenas um arranjo improvisado que adota os métodos de intimidação, os meios de organização e os instrumentos de violência do conhecido arsenal político da tirania, do despotismo e das ditaduras, e deve a sua existência apenas ao fracasso, deplorável mas talvez acidental, das tradicionais forças políticas — liberais ou conservadoras, nacionais ou socialistas, republicanas ou monarquistas, autoritárias ou democratas. Ou se, pelo contrário, existe algo que se possa chamar de *natureza* do governo totalitário, se ele tem essência própria e pode ser comparado com outras

formas de governo conhecidas do pensamento ocidental e reconhecidas desde os tempos da filosofia antiga, e definido como elas podem ser definidas. (ARENDR, 1969, p. 512,513)

É importante ressaltar inicialmente que dentro das particularidades do governo totalitário se encontra a relação com as suas leis, pois não ocorre de forma ilegal ou arbitrária, o totalitarismo tem suas leis e as obedecem de forma irrefutável, no entanto, trata-se de leis da natureza e da história que concordam ser superiores a qualquer positividade construída pelo homem. Assim aplicam a lei na tentativa de que esta projete as sociedades de maneira geral, ou seja, as populações da Alemanha nazista e da Rússia Stalinista seriam apenas o começo da expansão de um domínio mundial pelo totalitarismo.

Diferentemente das leis construídas a fim de estabelecer a vida dos homens, as quais pretendem reger suas vidas, seus acontecimentos que estão em mutação constante; as leis que regem o totalitarismo se colocam para a sociedade como o próprio movimento, pois ao invés de gerir as relações da comunidade, com o totalitarismo, é a população que deve se adaptar as normas, o que pode ser visto na questão racial para os nazistas com a lei natural e, para os bolchevistas vislumbrado na luta de classes.

Enquanto as legislações naturalmente servem para organizar a vida de todos, com o governo totalitário as leis servem como fundamento máximo e em nada baseiam-se nas relações dos povos, mas em seu próprio objetivo que deve ser seguido sem questionamentos, pois nelas estão a salvação de toda humanidade. A ideologia empregada pelos governos totalitários por sua vez produzia concomitantemente a vítima e o seu carrasco, pois ambos eram subjugados pela lógica aplicada. Mas longe de ser arbitrário e basicamente ilegal ao romper com o que foi constituído anteriormente, o governo totalitário tinha suas leis, eram súditos das leis da natureza e das leis da história, portanto afirmam não obedecer a um homem mas a autoridade irrefutável dessas leis, colocando todo seu ordenamento e todos os outros seres a serviço de determinadas leis.

Assim, percebe-se que os homens dentro do contexto totalitário passam a ser instrumentalizados a esses fins:

Na interpretação do totalitarismo, todas as leis se tornam leis de movimento. Embora os nazistas falassem da lei da natureza e os bolchevistas falem da lei da história, natureza e história deixam de ser a força estabilizadora da autoridade para as ações dos homens mortais; elas próprias tornam-se movimentos. Sob a crença nazista em leis raciais como expressão da lei da natureza, está a ideia de Darwin do homem como produto de uma evolução natural que não termina necessariamente na espécie atual de seres humanos, da mesma forma como, sob a crença bolchevista numa luta de classes como

expressão da lei da história, está a noção de Marx da sociedade como produto de um gigantesco movimento histórico que se dirige, segundo a sua própria lei de dinâmica, para o fim dos tempos históricos, quando então se extingui a si mesmo. (ARENDRT, 1969, p. 515)

Dessa forma, percebe-se que as ideologias passaram a conduzir os governos totalitários e com isto, a vida de seus subordinados. A lei totalitária portanto configurou-se em seu terror, ao defender que seus atos traziam a justiça da natureza e da história, aqueles que serviam suas ordens, não poderiam ser designados como assassinos, mas como executores de uma ordem maior e necessária a sobrevivência da humanidade, e aquele que foi morto nada mais era do que um obstáculo frente a tais princípios.

No instante em que a lógica pressupõe o raciocínio, inibindo os questionamentos e contradições, torna-se propício o desenvolvimento de uma linha de pensamento única, baseada em meras especulações. Na aplicação das ideologias é defendida uma ideia em detrimento de qualquer outra ou de qualquer experiência, por isso que ao se prender a uma explicação lógica abandonando a compreensão filosófica o indivíduo perde sua autonomia enquanto seu pensamento e se torna completamente vulnerável a controles externos.

Dessa forma as ideologias passaram a controlar os regimes totalitários, e a partir destas já se pôde entender que o processo ao qual o governo totalitário pretendia submeter toda a humanidade, consistia num método sem fim, o que quer dizer que as execuções realizadas pelos movimentos totalitários iriam continuar a acontecer mesmo que toda humanidade estivesse sobre o seu domínio, uma vez que para as leis da natureza deveria ser extinto tudo que não fosse necessário ou útil e, para as leis da história deveria acontecer a luta de classes até o perecimento de todas elas sobre o comando totalitário.

De acordo com Adverse (2020) desde a década de 1950, as implicações sobre os conceitos de solidão e o de estar só já faziam parte dos questionamentos Arendtianos, e afirma que em seus registros a autora explicou que “ a lógica seria o pecado da solidão”, ou seja, aquele que estivesse dentro de uma situação de solidão de pensamento teria seu raciocínio condenando ao sentido lógico da percepção em detrimento de um pensamento autônomo. Com isto, pode-se concluir que a espontaneidade humana seria, portanto, a maior oposição ao governo totalitário, o qual norteia suas leis as diretrizes da natureza ou da história. Por isso, ao desumanizar o homem, lhe retirando o que possui de mais autêntico, ou seja, a sua capacidade de agir e de refletir e, ele é transformado em um ser solitário, e assim, o totalitarismo alcança sua maior finalidade. Isto responde o questionamento feito anteriormente: o totalitarismo apesar de ter aproveitado o terreno fértil da crise que assolava no período de sua implantação, da

situação de derrota das outras formas de governo e do retrato das massas que facilitaram a sua manipulação, configura-se como novidade ao possuir sua própria essência, a instrumentalização do homem a partir do seu estado de solidão.

A transformação de seres humanos em sujeitos solitários não acontece de forma aleatória, como consequência da união dos atos do governo totalitário, esses atos possuem uma finalidade, e esta é a de retirar a espontaneidade humana, extinguir as chances de resistência dos indivíduos, transformando – os em seres supérfluos, sem ação, apenas instrumentos capazes de engendrar o fim último totalitário. O totalitarismo possui sua própria essência, diferente de outras formas de autoritarismo, como nas tiranias em que as leis são quase que inexistentes, já que as intervenções baseiam-se na vontade e arbitrariedades de um único indivíduo.

A essência totalitária, portanto, se atesta no próprio terror, ou seja, na redução de homens em produtos, que perderam sua espontaneidade e passaram apenas a servir como mais um instrumento totalitário. Apenas para essa forma podemos observar que os campos de concentração utilizados no regime nazista, apesar de não serem uma invenção destes, podem exemplificar todo o processo prático da dominação totalitária, já que sua utilidade se limitava a sua própria manutenção servindo como fábricas de seres solitários.

Após a conquista dos movimentos totalitários através da manipulação realizada pela ideologia, ao alcançarem o poder, enquanto governo, o totalitarismo coloca em prática aquilo que planejou, o da implantação do terror, que até então não tinha sido desenvolvido completamente. Com as massas num estado de isolamento e desligadas da realidade se faz ainda mais fácil realizar o seu domínio total através do terror. Mas, como pode-se conceituar o terror? De acordo com Conceição (2008) terror seria a regra absoluta, aquela na qual não se pode contestar ou impedir. O terror é o criador de indivíduos que não possuem mais sua singularidade ou sua capacidade de refletir sobre seu meio ou sobre si mesmos. O governo totalitário usa o terror para regular os homens e eliminar a relação entre eles. Por isso, o terror totalitário interfere na autodeterminação dos indivíduos, na sua comunicação com os demais, tomando-lhes o espaço, pensamento, expressão e atividade. (CONCEIÇÃO, 2008). Dentro dos governos totalitários os campos de concentração tomam a própria forma do terror e nestes se torna convicta a possibilidade de que não há dentro do totalitarismo o que não possa ser realizável (ARENDRT, 1969). De acordo com Arendt os campos de concentração almejam muito além da exterminação dos inimigos do movimento totalitário:

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em

condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são; pois o cão de Pavlov que, como sabemos, era treinado para comer quando tocava um sino, mesmo que não tivesse fome, era um animal degenerado. (ARENDT, 1969, p. 480)

Ou seja, o sistema planejado para o funcionamento dos campos de concentração não tinha como fim único de eliminar suas vítimas, antes disso ele pretendia tirar destas sua espontaneidade, ou qualquer ação que se identificasse como humana. O objetivo principal dos campos era o de desumanizar suas vítimas, isolando-as dos demais indivíduos, inclusive dos que dividiam o mesmo espaço. Transformar suas vítimas em objetos era o maior triunfo do terror totalitário, fazendo com que os indivíduos que lá estivessem perdessem qualquer resistência ao que lhes era feito, simplesmente perdiam o sentido de suas vidas.

Arendt afirma que em nenhuma outra circunstância poderia se alcançar tais consequências, pois a espontaneidade humana é algo que não se pode suprimir dos indivíduos, apenas na conjuntura totalitária isto é possível. Dessa forma, eliminar a autenticidade dos seres, seria como matá-los em vida, retirando sua capacidade mental, não podendo sequer compará-los aos animais. Assim, os campos de concentração podem ser vistos como uma amostra fiel de um mundo absolutamente solitário. Sobre a experiência de vítimas que escaparam dos campos de concentração Arendt aponta sobre seus testemunhos:

Quanto mais autênticos, menos procuram transmitir coisas que escapam à compreensão humana e à experiência humana — ou seja, sofrimentos que transformam homens em “animais que não se queixam”. Nenhum desses relatórios inspira arroubos de indignação e de simpatia capazes de mobilizar os homens em nome da justiça. Pelo contrário, qualquer pessoa que fale ou escreva sobre campos de concentração é tida como suspeita; e se o autor do relato voltou resolutamente ao mundo dos vivos, ele mesmo é vítima de dúvidas quanto à sua própria veracidade, como se pudesse haver confundido um pesadelo com a realidade. (ARENDT, 1969, p. 488, 489)

Apesar das atrocidades que vivenciaram, os sobreviventes dos campos de concentração não expressavam sua revolta, fazendo com que se duvidasse de seus relatos, colocando em dúvida o sofrimento que passaram. Suas vítimas eram expostas a um processo de “coisificação”, por isso, não conseguiam estabelecer facilmente a distinção entre o real e o imaginário, pois ao retornar à sociedade não conseguem mais acreditar nos atos aos quais foram submetidos. Vale ressaltar que esse momento de violência radical que ocorreu já nos primeiros instantes do governo totalitário tem como finalidade eliminar seu adversário de uma vez por todas para que assim possa colocar em prática o terror absoluto, pois é quando seu poder se faz superior, que

se passa a tomar medidas ainda mais extremas (ARENDR, 1969). Silva (2010) explica não haver uma real utilidade dos campos de concentração e por isso foi possível o emprego de experimentos a fim de alcançar um protótipo de homem perfeito dos governos totalitários, que seria completamente submisso, distante de um raciocínio livre e comportamentos espontâneos, ao contrário, que suas percepções e ações fossem completamente manipuladas (ARENDR, 1989).

Apesar de reconhecer que o totalitarismo surgiu como uma novidade em relação às demais formas de governo, Hannah Arendt também analisa as diversas repetições que cometeu este governo em relação aos anteriores. Os campos de concentração, por exemplo, surgiram na Guerra dos Bôeres, ainda nas primeiras décadas do século XX. Sua função original era a de encaminhar sujeitos considerados culpados por determinados crimes mas sem que houvessem evidências suficientes para incriminá-los e encaminhá-los a um julgamento legítimo. Dessa forma explica Hannah Arendt sobre a funcionalidade dos campos de concentração dentro do governo totalitário:

Como resultado final surgem homens inanimados, que já não podem ser compreendidos psicologicamente, cujo retorno ao mundo psicologicamente humano (ou inteligivelmente humano) se assemelha à ressurreição de Lázaro. Diante disso, qualquer julgamento do bom senso serve apenas para justificar aqueles que acham “superficial” “deter-se em horrores”. Se é verdade que os campos de concentração são a instituição que caracteriza mais especificamente o governo totalitário, então deter-se nos horrores que eles representam é indispensável para compreender o totalitarismo. (ARENDR, 1969, 483)

Mesmo que os campos de concentração não sejam uma invenção original dos governos totalitários, representam um símbolo de todo objetivo totalitário em relação aos seus súditos, ou seja, seus governados. O totalitarismo não pretendia ter aliados, o que na verdade era pretendido era que seus apoiadores fossem submissos a ponto de simplesmente aceitarem o que era ordenado sem questionar. Isto é, os campos de concentração ao transformarem seus inimigos de guerra em seres inanimados, sem autenticidade ou resistência ao que lhes era feito, na verdade demonstrava o que desejava realizar com toda sociedade, principalmente com aqueles que concordavam com o regime, pois assim poderiam exercer a dominação completa de toda humanidade.

Giarola (2017) cita que a atribuição principal do terror totalitário está em acelerar os efeitos que ocorrem com a atividade da natureza e que através da autonomia dos homens esses efeitos acabam se realizando de uma maneira mais lenta, mas a partir do terror, essas

consequências processam-se antecipadamente (ARENDR, 1989). Arendt faz uma comparação em relação aos “comuns” e os totalitários que mataram através dos campos de concentração, afirmando que enquanto um assassino comum mata sua vítima e com isto rompe seu percurso natural que mais à frente será seu destino, as vítimas do terror totalitário perdem não só o tempo que lhes resta de vida, mas sua identidade e sua história.

A vítima do totalitarismo perde não só tempo de vida, mas o que também já viveu, perdem o completo sentido de sua individualidade, pois até mesmo aqueles que ainda estão no mundo dos vivos tem sua existência suprimida (ARENDR, 1969). Arendt aponta que existia aqueles que deveriam trabalhar de forma coagida mas que tinham independência em relação aos demais, assim como os que eram violentamente abusados nos serviços e por isso, possuíam alto de nível de mortalidade mas seu objetivo principal era o de trabalhar nos campos e, por fim, havia os campos de extermínio em que as vítimas eram mortas ou por desnutrição ou pelo esquecimento. Apesar disto, pode-se concluir que a morte do corpo se fazia menos radical do que morte da humanidade dos internos, que eram tratados de maneira tão desumana que chegavam a esquecer que ainda estavam vivos.

O verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento. No mundo concentracionário mata-se um homem tão impessoalmente como se mata um mosquito. [...]David Rousset deu ao relato do período que passou num campo de concentração alemão o título de *Les jours de notre mort*, e, realmente, é como se se pudesse tornar permanente o próprio processo de morrer e criar uma situação em que tanto a morte como a vida são retardadas com a mesma eficácia. (ARENDR, 1969, p. 486):

A vítima do governo totalitário, portanto, perde inclusive a sensação de medo, pois como expõe Giarola (2017) sequer aqueles elementos tratados por Montesquieu, sendo eles a honra, a virtude e o medo constituem mais o ser transformado pelos campos de concentração. Ou seja, a reação que normalmente se esperaria das vítimas desse sistema seria pelo menos o de medo, no entanto a toda e qualquer situação já haviam se tornado apáticos. O sentimento de medo que geralmente é despertado nos homens como um instinto natural para a sua sobrevivência, ou seja, o de incitá-los a fugir de situações de perigo foi algo perdido pelas vítimas dos campos de concentração, pois o processo de coisificação ao qual eram submetidos não permitia que sequer seus instintos naturais pudessem se manter.

Todo processo ao qual eram submetidos os internos dos campos se apresentava ao fim de retirar-lhes sua humanidade e com isto, sua resistência. Ao serem integrados aos campos os

internos perdiam seus nomes, passando a serem identificados por números, passaram desenvolver trabalhos compulsórios e exaustivos e submeterem-se a torturas constantes, com isto, ao perecerem, já não se eliminavam vidas mas apenas corpos completamente esvaziados de sua autenticidade. Muitos internos ao chegarem nos campos de concentração já haviam sofrido um longo e intenso processo de perdas, além de perderem seus direitos jurídicos, tinham perdido as economias que tinham, seus bens e até mesmo seus familiares.

O tratamento que recebiam diariamente de maus tratos e humilhações fez com que não se questionassem mais sobre tudo ao que estavam sendo submetidos, como se não houvesse mais razão para lutar, pois toda referência que tinha até então havia sido retirada e não tinham pelo que esperar ou para quem pedir ajuda, estavam isolados do mundo externo, do mundo real e de si mesmos. Com o tempo, os campos também começaram a receber criminosos, no entanto só chegavam aos campos após cumprirem sua pena no sistema penal comum, para que ficasse claro que as razões eram diferentes.

Assim, tanto no regime stalinista como no nazista, a inclusão de criminosos pode servir de base para justificar que ali estavam pessoas que deviam estar fora da sociedade e cumprir suas penas, mascarando a real motivação para que os demais indivíduos, como os judeus e doentes, estivessem ali, reduzindo todos estes grupos num só. Além disso, para os internos ao se verem no mesmo local que aqueles que cometeram delitos tonava-se ainda mais evidente a inferioridade pública que passaram a constituir, o que enfatizava a humilhação e o afastamento social a qual eram submetidos.

Além disto, os campos foram uma entidade que não tinha outro objetivo além de subsidiar os seus próprios dirigentes, sendo uma instituição que dependia de um alto investimento econômico e que possuía a única finalidade de manter seu exclusivo funcionamento. Ao analisar o processo ao qual foram submetidas as vítimas do totalitarismo, após os campos de concentração retirarem do indivíduo tudo aquilo que a ele pertencia, retirava também o devido conceito de morte. Uma vez colocado ao total esquecimento, o preso perdia o desenlace da sua vida, como se a morte não pudesse nesta ocasião significar seu fim, ou pior, como se jamais houvesse acontecido um início, retirando todo significado da existência destes sujeitos. Sobre a retirada de elementos que constituem a humanidade dos indivíduos, Arendt esclarece que esse processo se inicia antes mesmo da chegada das vítimas aos campos:

As maneiras de lidar com essa singularidade da pessoa humana são muitas e não tentaremos arrolá-las. Começam com as monstruosas condições dos transportes a caminho do campo, onde centenas de seres humanos amontoam-se num vagão de gado, completamente nus, colados uns aos outros, e são transportados de uma estação para outra, de desvio a desvio, dia após dia;

continuam quando chegam ao campo: o choque bem organizado das primeiras horas, a raspagem dos cabelos, as grotescas roupas do campo; e terminam nas torturas inteiramente inimagináveis, dosadas de modo a não matar o corpo ou, pelo menos, não matá-lo rapidamente. (ARENDDT, 1969, p. 496)

É incontestável que o tratamento imposto às vítimas do totalitarismo retirava-lhes sua singularidade, colocando todos num mesmo estado, o de incapacidade, servidão e abandono e total incompreensão da realidade, uma vez que estes indivíduos são retirados de suas vidas, muitas delas abastadas e, de repente, passam a receber um tratamento considerado inferior ao que é reservado até mesmo aos animais. Com isto elimina-se a individualidade desses seres e passa-se a considerá-los como um amontoado de corpos que obedecem às mais diversas ordens, inclusive a de seguir até sua própria execução sem qualquer resistência.

Por fim, a conclusão que se pode extrair do sistema dos campos de concentração é o de que são “ prisões” planejadas para manter sujeitos que não cometeram crimes, e que sua estrutura não tem qualquer retorno financeiro a não ser o de financiar os dirigentes da instituição, e os serviços prestados pelos internos na verdade só visam a pura exploração em si, sem qualquer sentido ou retorno para estes ou qualquer outro fim. Com isto, percebe-se que a ausência de lógica e de bom senso são renovados diariamente, realizando nas vítimas uma convicção cada vez mais concreta de que a percepção de realidade que possuíam não existe mais, no entanto, esses métodos possuem perfeita lógica no totalitarismo (ARENDDT, 1969). As vítimas do regime totalitário eram vistas como inimigos de uma nação pura e elevada, sem que houvesse a possibilidade de civilizar ou converter, uma vez que só serviriam para atrapalhar o desenvolvimento de uma nação superior composta de seres perfeitos e iguais, por isso eram eliminados como insetos a partir de gás insalubre e afastados do resto da população como criminosos.

As ideologias empregadas no totalitarismo reformularam a própria concepção de lei, deixando esta de ser a reguladora de uma sociedade e estabelecer suas relações, para transformar-se na manifestação do movimento:

A política totalitária, que passou a adotar a receita das ideologias, desmascarou a verdadeira natureza desses movimentos, na medida em que demonstrou claramente que o processo não podia ter fim. Se é lei da natureza eliminar tudo o que é nocivo e indigno de viver, a própria natureza seria eliminada quando não se pudessem encontrar novas categorias nocivas e indignas de viver; se é lei da história que, numa luta de classes, certas classes "fenecem", a própria história humana chegaria ao fim se não se formassem novas classes que, por sua vez, pudessem "fenecer" nas mãos dos governantes totalitários. Em outras palavras, a lei de matar, pela qual os movimentos totalitários tomam e exercem o poder, permaneceria como lei do movimento

mesmo que conseguissem submeter toda a humanidade ao seu domínio.
(ARENDDT, 1969, p. 576)

A aplicação do terror total não acontece necessariamente em oposição aos homens, mas para abreviar os efeitos naturais proporcionados pela natureza ou pela história. Assim, pretende-se eliminar a liberdade não como algo em específico, mas a própria forma de existir liberdade, isto porque:

Ser livre, para Hannah Arendt, é isto: iniciar algo novo, fazendo justiça ao fato de que cada um de nós veio ao mundo como um recém-chegado ao nascer. Em suas palavras, “podemos iniciar alguma coisa porque somos inícios e, portanto, iniciantes”. Isso é precisamente a liberdade para ser livre.
(DUARTE, 2019, p. 10)

Ou seja, exterminando sua origem a partir do nascimento dos homens e sua habilidade única de iniciar algo novo, com isto destrói-se toda a pluralidade humana, ao aniquilar a ação e o discurso do homem, colocando todos como um só. Para isto o totalitarismo prepara seus súditos a fim de que possam ocupar perfeitamente os papéis de carrasco e vítima, e assim substitui a ação pela ideologia. A ideologia é, portanto, a lógica de uma ideia e se aplica, portanto, como a dinâmica do pensamento, transformando-se em um princípio. A lógica submete a mente a pensar de forma determinada, ou seja, não há espaço para questões opostas ou discussões sobre outras ideias. Nem mesmo as experiências podem contradizer esta ou demonstrar algo diferente, pois tudo que se precisa saber está abrangido dentro do processo conclusivo da lógica.

A argumentação ideológica, sempre uma espécie de dedução lógica, corresponde aos dois elementos das ideologias que mencionamos acima — o elemento do movimento e o elemento da emancipação da realidade e da experiência —, primeiro, porque o movimento do pensamento não emana da experiência, mas gera-se a si próprio e, depois, porque transforma em premissa axiomática o único ponto que é tomado e aceito da realidade verificada, deixando, daí em diante, o subsequente processo de argumentação inteiramente a salvo de qualquer experiência ulterior. (ARENDDT, 1969, p. 523)

Enquanto a ação inaugura novas situações e o discurso distingue os seres em suas formas de pensar e de se posicionar, a ideologia encerra este processo. Dentro da lógica de uma ideia não existe a espontaneidade ou a imprevisibilidade, tudo já está posto, e, assim, sem ter o que adicionar ao espaço que vive, os indivíduos perdem suas relações e seu espaço público. Além disto, com o terror o homem perde também sua própria singularidade, pois não mantém mais

seu espaço privado, já não possui sua individualidade ou as diferenças que o distinguem dos demais, já não existe pluralidade, apenas repetição.

Com isto, podemos entender um pouco do percurso que leva seres humanos a enxergarem seus iguais como coisas a serem descartadas por não possuírem qualquer validade para o sistema. Assim, percebe-se o início desse processo a partir da massificação das sociedades, seu isolamento físico e político dos demais, a crise a qual sofriam, o distanciamento reflexivo e a incapacidade cada vez maior de percepção sobre o contexto ao qual viviam. Neste cenário emergem os movimentos totalitários, se apresentando como diferentes de qualquer outra forma de governo até então aplicada, e se coloca a aplicação das ideologias como principal instrumento de manipulação de uma sociedade vazia de reflexão e de ação política, levando-os ao poder totalitário. Este momento é definido por terror total, o qual vai além do isolamento e da destruição da esfera pública, aniquilando a singularidade dos indivíduos e colocando-os num estado de solidão.

2.4 Isolamento – solidão – solitude

Ainda no capítulo *Ideologia e Terror*, Arendt traz às suas análises o conceito de Solitude, ou estar só, o qual se relaciona à atividade do pensamento. A solitude, como entendida por Arendt, se faz independente da presença de outrem, ela se realiza quando a comunicação dois-em-um, do eu comigo mesmo, é interrompida. Apesar de não precisar do outro para desenvolver meus pensamentos, os quais sucedem no momento em que estou a sós comigo mesmo, ainda tenho a necessidade do outro, pois é a partir dele que consigo consolidar esse diálogo.

O estar só que se realiza na solitude, por sua vez, se faz de maneira completamente voluntária e consciente, o que por sua vez diferencia-se do isolamento aqui colocado que se realiza através de uma necessidade laborativa, ou como foi realizado dentro do contexto totalitário, como manobra no intuito de favorecer a ideologia empregada. Ao colocar-se a sós consigo, o indivíduo pode aprofundar-se em suas reflexões. todavia, não se faz de forma permanente, mas estrategicamente direcionada a um momento a procura por respostas que apenas a comunicação consigo mesmo é capaz de realizar.

Assim, a solitude aproxima-se do conceito de isolamento no instante em que existe em ambos um distanciamento físico dos demais, mas tanto em um como no outro se mantém as capacidades humanas; a esfera privada destes indivíduos continua preservadas, mesmo que esteja por prejudicada a relação com os demais e portanto, o diálogo que se deve existir dentro

de um meio social. Ao mesmo tempo distanciam- se no momento em que o estar só buscado na solidude vem de forma voluntária, diferente das circunstâncias que levam ao isolamento, o qual acontece sem ao menos haver uma percepção dos homens. Como já foi apontado, seja por uma estratégia de governo, com nas tiranias, ou através das transformações que as sociedades sofrem com a chegada da modernidade, o isolamento acontece de forma compulsória aos indivíduos.

Já em relação a solidão, o isolamento se aproxima ao colocar- se como um momento anterior a este, ou seja, pré- totalitário. A desarticulação enquanto grupo social inicia- se com o afastamento dos indivíduos que passam a focar em suas atividades mais urgentes e que se limitam a esfera privada, com isto, a noção do suas demandas dentro de um espaço público, limitando- se às suas necessidades pessoais. É então quando se torna ainda mais fácil o domínio totalitário e, a partir deste, o terror, levando os sujeitos a um estado de solidão, que seria portanto o estágio mais extremo do isolamento, já que nele já não existe mais sequer a preservação da esfera privada dos indivíduos. O homem quando numa situação de solidão torna- se um ser objetificado, transformado numa peça importante para os objetivos totalitários enquanto que é retirado de sua humanidade.

A solidão, portanto, seria o completo oposto da ideia de solidude já que nesta se procura de forma intencional um distanciamento do espaço público para se desenvolver suas habilidades e reflexões. Apesar da solidude ser uma maneira intencional do sujeito se afastar dos demais para buscar desenvolver suas habilidades, jamais poderá se equipar ao distanciamento do estado de solidão, que retira toda e qualquer liberdade ou capacidade humana. Com isto, definimos o conceito de solidão, esclarecendo o percurso percorrido pelo governo totalitário até o poder e consequentemente ao terror totalitário.

No próximo capítulo, daremos início a avaliação do que seria a atividade do pensamento, como ela acontece no sujeito, quais circunstâncias lhe favorece e quais desfavorece a atividade do pensar e, além disso, quais consequências podem ser geradas a partir de uma ausência do pensar.

3 CAPÍTULO 2: A SOLIDÃO E A ATIVIDADE DO PENSAMENTO

No capítulo anterior, a discussão foi encerrada com a exposição de solidão ou estar só, que se apresenta como a própria atividade do pensar, que implica o afastamento do espaço público para que se possa refletir. Neste capítulo, a partir do que foi analisado, seguiremos a abordagem sobre essa atividade com o intuito de, no primeiro momento, buscar a compreensão de Arendt sobre aquilo que serviu de motivação para seus estudos sobre o pensar: a relação entre a ausência de pensamento e a banalização do mal. Para isso, nos voltaremos à obra da autora *Responsabilidade e Julgamento*. Logo após, trarei referências que Arendt utiliza na construção do que seria o pensar através da definição socrática, do diálogo consigo mesmo, o dois-em-um; e, em como este pode acontecer no mundo das aparências (já que se trata de uma atividade do invisível) através da expressão do juízo, abordando a obra *A Vida do Espírito*. Por fim, pretendo finalizar este estudo a partir das ponderações sobre a relação existente entre pensamento e pluralidade, para a qual será empregada essa obra assim como, *A Condição Humana*.

Faz-se relevante ressaltar, desde já, que o conceito de solidão, ponto central desta pesquisa, inspira estas as abordagens que proponho neste capítulo, tendo em vista que se apresenta como um paradoxo dentro da visão de Arendt: ao mesmo tempo em que se apresenta como condição fundamental de toda a vida humana, também é a experiência contrária às necessidades básicas da condição humana:

Se a tomarmos em sua essência, sem atentar para as suas recentes causas históricas e o seu novo papel na política, a solidão é, ao mesmo tempo, contrária às necessidades básicas da condição humana e uma das experiências fundamentais de toda vida humana. Até mesmo a experiência do mundo, que nos é dado material e sensorialmente, depende do nosso contato com os outros homens, do nosso senso *comum* que regula e controla todos os outros sentidos, sem o qual cada um de nós permaneceria enclausurado em sua própria particularidade de dados sensoriais, que, em si mesmos, são traiçoeiros e indignos de fé. Somente por termos um senso comum, isto é, somente porque a terra é habitada, não por um homem, mas por homens no plural, podemos confiar em nossa experiência sensorial imediata. No entanto, basta que nos lembremos que um dia teremos de deixar este mundo comum, que continuará como antes, e para cuja continuidade somos supérfluos, para que nos demos conta da solidão e da experiência de sermos abandonados por tudo e por todos. (ARENDR, 1969, p.528)

No capítulo anterior foi abordada a ação como a atividade que reflete a `condição humana da pluralidade, que se apresenta como sua condição prévia e, ao mesmo tempo, sua própria razão de ser. A interação entre os indivíduos garante que possam compreender uns aos

outros e, simultaneamente, reafirmar a singularidade de cada um, pois apenas quando o indivíduo está numa relação com o outro é que pode perceber as semelhanças que os integra. A ação surge a partir de cada indivíduo e traz com ela a novidade, a singularidade que compõe cada sujeito, e é a partir dela que os indivíduos constituem o mundo no qual se revelam uns aos outros, no domínio público.

Com isto, foi analisado o contexto de isolamento, que afasta os indivíduos uns dos outros e os tornam impotentes, o que provoca a frustração da ação. No entanto, no contexto deste fenômeno, nem todos contatos entre os indivíduos são interrompidos e nem todas as capacidades humanas são devastadas, conservam-se as de sentir, inventar e pensar, ou seja, sua esfera privada se mantém.

Aqui destaco a capacidade de pensar, que será trabalhada nessa seção como a atividade possível ainda dentro de uma conjuntura de isolamento, o que é destruído no estado de solidão, já que nesta condição, o indivíduo não só é privado da esfera pública e isolado dos demais, mas destituído também de sua esfera privada, perdendo a comunicação com os outros e consigo mesmo. Ao ser privado de sua capacidade de pensar, o sujeito se coloca em completo estado de dominação. Por isso, tendo em vista o objetivo central desta pesquisa, refletir sobre o estado de solidão em Hannah Arendt, emerge a necessidade de também trazer à discussão as reflexões sobre a atividade do pensamento.

Diferente das atividades apresentadas no capítulo anterior, trabalho, obra e ação, que são as atividades básicas para uma vida ativa, a atividade do pensar é analisada por Arendt como uma atividade do espírito, portanto contemplativa, junto ao querer e o julgar. Nesta segunda parte, nossa atenção se dará inicialmente ao pensar, considerado pela autora como fator preponderante na vida humana, o qual interfere diretamente em sua conduta.

Os princípios pelos quais agimos e os e os critérios pelos quais julgamos e conduzimos nossas vidas dependem em última instância, da vida do espírito. (...) A ausência de pensamento é realmente um poderoso fator nos assuntos humanos; estatisticamente é o mais poderoso deles, não apenas na conduta de muitos, mas também na conduta de todos.
(ARENDRT, 2000, p. 89)

O pensamento protege os seres humanos de uma dominação ideológica, pois como já foi apontado anteriormente, foi através da ideologia que o governo totalitário nazista pôde tomar o poder, através das massas isoladas que já não refletiam sobre si como uma comunidade, mas se apresentavam como indivíduos atomizados orientados por um comportamento, incapazes de agir de forma espontânea. Isto quer dizer que o pensar seria a própria resistência à lógica de

uma ideia, pois quando exerço meu senso crítico passo a questionar o que me é passado e a interferir naquela ideia.

No encerramento de *A Condição Humana*, Arendt traz a afirmação de Catão: “nunca ele está mais ativo do que quando nada faz, nunca está menos só que quando a sós consigo mesmo” (ARENDR, 2007), com esta citação, a autora faz a relação entre pensamento e ação, ao ponderar que seria justamente no momento em que o sujeito encontra-se a sós consigo mesmo, no exercício do pensamento, que ele se encontra em plena atividade.

Portanto, sem a prática do pensamento, o indivíduo torna-se vulnerável à imposições e ordens, o que pode gerar atitudes as quais poderiam ser evitadas se examinadas com antecedência. Como já foi colocado, para Arendt, o pensamento tem interferência direta nas ações dos homens, portanto, para uma comunidade incapaz do exercício do pensamento, qualquer coisa é possível. Logo, os atos cometidos pelo regime nazista exemplificaram bem essas possibilidades providas a partir da incapacidade de pensamento. Ao exercício do mal em razão da falta de reflexão, Hannah Arendt atribuiu o conceito de banalidade do mal, o qual pôde ser elaborado pela autora no julgamento de Eichmann³, onde a mesma solicitou sua presença a fim de que pudesse realizar sua cobertura, presenciando o julgamento como jornalista para a revista *The New Yorker*.

Ao presenciar os relatos e justificativas de Eichmann para os seus atos, Arendt percebeu estar de frente a um homem comum, de capacidades medianas, diferente do monstro que esperava encontrar, responsável pela deportação de milhões de judeus para os campos de extermínio. O julgamento que fazia de si mesmo era de um homem obediente aos seus superiores que não fez nada além de cumprir ordens. Com isto, Arendt passa a se dedicar à compreensão do que poderia possibilitar esse mal e em várias de suas obras se propõe a esta percepção. A autora se espantou com o que observou em Eichmann, um homem tolo, que sequer conseguiu formular uma ideia autêntica, recorrendo sempre a clichês, mas que ainda assim foi o responsável pela logística de um dos maiores genocídios da história. Ao entender que na verdade Eichmann não era nada além de um homem de massa, isolado, interessado na sua vida privada e em seus méritos assim como tantos outros, foi então que Arendt passou a pensar sobre a relação entre moral e pensamento e, conseqüentemente, sobre a banalidade do mal. Com isto a autora quis expor não que o mal fosse comum, mas que aquele mal cometido por homens de

³ Adolf Eichmann foi um dos principais responsáveis pela deportação dos judeus europeus durante o Holocausto. Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos. “Introdução ao Holocausto”. Enciclopédia.Holocausto.<https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>. Acesso em [20.02.20].

massa, sem reflexão, na verdade não possuía radicalidade e poderia ser cometido em qualquer espaço em que os sujeitos se recusassem a exercer a atividade do pensamento (BRITO, 2020).

Minha preocupação com as atividades espirituais tem origem em fontes bastante distintas. O impulso imediato derivou do fato de eu ter assistido ao julgamento de Eichmann em Jerusalém. Em meu relato, mencionei a “ banalidade do mal”. Por trás desta expressão não procurei sustentar nenhuma tese ou doutrina, muito embora estivesse vagamente consciente de que ela se opunha à nossa tradição de pensamento – literário, teológico ou filosófico – sobre o fenômeno do mal. (ARENDRT, 2000, p. 5)

O espanto da autora e sua motivação em entender o mal cometido por Eichmann foi justamente por percebê-lo diferente do qual estamos acostumados, pois o acusado não se tratava de um monstro ou um ser demoníaco como o tribunal esperava – e até desejava. Arendt questionou, a partir dessa experiência, se a banalidade do mal poderia ser realizada por qualquer um. Nesse sentido, ela contesta a afirmação de Kant de que “a estupidez é fruto de um coração perverso”, discordando dele ao dizer que a ausência de pensamento não é estupidez, ela pode ser comum em pessoas muito inteligentes, que pode ser inclusive o contrário, podendo a perversidade ser formada pela ausência de pensamento.

No âmbito dos procedimentos da prisão e da corte israelenses, ele funcionava como havia funcionado sob o regime; mas quando confrontado com situações para as quais não havia procedimentos de rotina, parecia indefeso e os seus clichês produziam, na tribuna, como já haviam evidentemente produzido em sua vida funcional, uma espécie de comédia macabra. Clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados têm a função socialmente reconhecida de nos proteger da realidade, ou seja, da exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude da sua mera existência. Se respondêssemos todo o tempo a esta exigência, logo estaríamos exaustos; Eichmann se distinguia do comum dos homens unicamente porque ele, como ficava evidente, nunca havia tomado conhecimento de tal exigência. (ARENDRT, 2000, p. 6)

Com isto, a autora passa a voltar- se aos questionamentos sobre a atividade do pensamento, o que seria o pensamento, ao que se relaciona, existiria mesmo a relação entre pensamento e consciência moral? Qual a relação entre o pensamento e as experiências? Essas foram algumas das proposições que levaram Arendt a complementar suas análises sobre a vida ativa, agora com a vida contemplativa e que conduziram a autora a se ocupar de questões éticas a partir da política (BRITO, 2020)

Esse diálogo é uma atividade incessante que não deixa nada atrás de si, dissolve conceitos normais e positivos até encontrar seu sentido original, razão pela qual o pensamento tem o potencial de nos fazer questionar os critérios,

as regras e os valores estabelecidos. Seu resultado não é tangível, pois apenas a atividade do pensamento pode responder à necessidade de pensar, tendo de ser constantemente pensado de novo. (BRITO, 2020, p. 22)

Com isto, é possível associar a atividade do pensamento com os conceitos discutidos no capítulo passado, pois o estar só, que seria o mesmo que solitude, seria a própria atividade do pensamento, quando o indivíduo se afasta da esfera pública para desenvolver seu diálogo consigo mesmo. Enquanto no isolamento o ser humano se mostra incapaz de agir, por estar distante do espaço público, mas mantém sua esfera privada conservada e por isso, mantém-se capaz de exercer o diálogo consigo mesmo. Todavia, na solidão, com a aniquilação dos domínios público e privado do homem, a este não é mais possível qualquer comunicação com os outros ou com ele mesmo, o que torna a solidão completamente insuportável.

A tudo isto relaciona-se à atividade do pensamento, pois para que os indivíduos possam desenvolver sua capacidade de pensar é preciso que estejam sobre uma situação plural, que ocupem o espaço público para que possa haver a troca a partir das singularidades de cada ser, manifestadas a partir das diferentes perspectivas sobre o mesmo mundo comum. Assim cada ser humano terá a oportunidade de repensar seus conceitos e opiniões, de avaliar o espaço que vivem e interferir nele, pois é a partir de uma comunicação constante e plural que os indivíduos poderão exercer sua humanidade (BRITO, 2020).

Por isso, o estado de solidão torna-se a maior inovação totalitária, pois foi a partir dos campos de concentração, com a eliminação das esferas pública, das relações entre os sujeitos e privada, da comunicação que o indivíduo mantém consigo que suas vítimas tornaram-se seres desumanizados, incapazes de pensar, agir e comunicar-se com os demais e consigo. Ainda que a morte seja vista como o fim da ação que surge com a natalidade dos homens, as vítimas dos campos de concentração experimentaram a morte mesmo ainda em vida, pois delas foi retirada qualquer expressão de suas capacidades humanas.

3.1 A banalidade do mal como consequência da ausência de pensamento

Para Arendt, diferente da ação, que seria uma das atividades da vida ativa, o pensar seria uma contemplação, sendo que por isso não poderia ser considerada uma atividade, mas uma passividade, portanto, seria o momento em que as atividades espirituais tornam-se inativas. A realização do pensar, então, remete ao conceito de solitude tratado anteriormente, em que me mantenho a sós comigo mesmo no intuito de aprofundar a comunicação dois-em-um em detrimento da que estabeleço com terceiros.

Visto a partir daí, o modo ativo de vida é “laborioso”, o modo contemplativo é pura quietude; o modo de vida ativo dá-se em público, o contemplativo no “deserto”, o modo ativo é devotado às “necessidade do próximo”, o modo contemplativo à “visão de Deus”. (...) A atividade do pensamento – segundo Platão, o diálogo sem som que cada um mantém consigo mesmo - serve para abrir os olhos do espírito; e mesmo o *nous* aristotélico é um órgão para ver e contemplar a verdade. Em outras palavras, o pensamento visa à contemplação e nela termina, e a própria contemplação não é uma atividade, mas uma passividade; é o ponto em que as atividades espirituais entram em repouso. (ARENDDT, 2000, p. 7)

Mas o estar só seria um retirar-se de forma consciente do meio comum como já foi apontado por Arendt e diferencia-se do isolamento, no qual os indivíduos são apartados da esfera pública e por isso, se tornam seres isolados uns dos outros, sem um espaço em comum para compartilhar suas experiências. Assim, limitam-se à sua realidade particular e fecham-se dentro de sua intimidade. No entanto, mesmo afastado, ainda possui o diálogo com ele mesmo e, por isso, não tem interrompida sua capacidade de pensar, apesar de nesse estado ter sua capacidade de ação prejudicada. Ao mostrarem-se uns aos outros dentro do espaço público é que os sujeitos podem perceber as semelhanças entre os outros e estabelecer suas singularidades. Portanto, o homem das massas, ao qual já nos referimos e apresentamos como principal ponte ao poder totalitário, tem como sua maior característica o seu isolamento do espaço público. Ao utilizar-se da situação a qual já estavam estes sujeitos, o totalitarismo atua a fim de torná-los cada vez mais atomizados, distantes das relações sociais, pois sem uma compreensão de sua realidade, de interesse comuns dentro da comunidade que se integram, torna-se ainda mais fácil a dominação desses sujeitos.

Por isso o senso comum, o qual é retirado dos indivíduos isolados, se faz primordial, pois é ele que atesta a realidade compartilhada pelos homens e lhes possibilita a relação com o mundo que vivem, de pensar, julgar e modifica-lo, o que é destruído pelo domínio totalitário. Dentro desta dominação, encontra-se a ideologia totalitária, a qual apresenta a estes seres, que já estão afastadas do meio comum a lógica de uma ideia irrefutável. Assim, esses indivíduos já acostumados a pensar sobre si de forma individual e muitas vezes, sem encontrar sentido para o que estão vivendo, são tomados por completo. O fato de estarem completamente separados da realidade, permite que os indivíduos passem a acreditar em tudo e em nada ao mesmo tempo. O homem das massas, por sua vez, não tem mais parâmetro para exercer seu juízo, já que não possui mais contato com o espaço comum que lhe ateste sua realidade. A partir disto, tudo que é pregado pela ideologia totalitária passa a ser facilmente consumido, pois não existe mais uma realidade ou juízos contrários que a contradiga.

É o senso comum que faz com que os homens percebam a realidade que compartilham, é o que lhes proporciona seus sentidos que são garantidos a partir da percepção do outro, sem esta percepção recíproca uns dos outros e dos objetos e fatos, a realidade desaparece e então qualquer doutrina pode ser dada por verdade. Arendt entende o senso comum como o “mais elevado na hierarquia das qualidades políticas. (SOUKI, 1995), pois é a partir dele que pode ser avaliada a realidade partilhada por todos. Arendt defende que o pensamento, por sua vez, apesar de ser uma atividade contemplativa não pode acontecer sem que o sujeito tenha contato com o senso comum. “O pensamento se retira do mundo das aparências, do mundo do senso comum, momentânea e deliberadamente, e retorna a ele para julgar os dados concretos, recuperando o senso comum, a realidade de um mundo compartilhado pela pluralidade dos homens”, dessa forma, o senso comum serve como uma âncora ao pensamento, que procura significados, atribuindo sentido ao mundo o qual uns se apresentam aos outros (SOUKI, 1995).

Ao perder a comunicação dentro do espaço público com os demais, o indivíduo perde o senso comum e é esse contexto que se torna propício a banalidade do mal. O totalitarismo, então, preenche este vazio que se forma dentro dos homens isolados com a sua ideologia e no lugar do pensamento se constrói a lógica totalitária, a qual é indiferente ao mal, revertendo os “valores” estipulados até então.

Foi justamente os resultados gerados pela irreflexão que levaram Hannah Arendt a questionar e investigar a atividade do pensar em sua obra *A Vida do Espírito*, pois após presenciar o julgamento de Eichmann, a autora ficou espantada ao perceber que o mal na verdade, pode ser praticado por qualquer um. Dentro dessa perspectiva, ao analisar as considerações trazidas pela autora sobre a irreflexão num contexto totalitário, percebe-se o papel das ideologias, as quais servem como substitutas do pensamento, ou seja, a lógica de uma ideia retirava dos indivíduos sua capacidade reflexiva e os doutrina para que nada mais pudesse ser aceito ou fizesse sentido, a não ser o que estava sendo empregado.

Assim, a propaganda totalitária baseada na ideologia nazista uniu toda uma nação dentro de um mesmo fundamento. Em *Responsabilidade e Julgamento*, Arendt traz em seu primeiro capítulo, intitulado, “ Responsabilidade Pessoal Sobre a Ditadura”, a reflexão de que aqueles que concordaram em seguir as ordens dadas pelo regime nazista poderiam ter se negado a cometê-los, pois assim como Eichmann, a grande maioria que prestou serviços ao governo nazista, ao ser julgado, justificou suas atitudes como simples cumprimentos de ordens.

Entretanto, aponta a autora que em questão de política e moralidade não se pode afirmar receber ordens, pois são questões em que o indivíduo, seja ele adulto e consciente, não pode afirmar estar abaixo de ninguém para “ obedecer” ordens. Sobre aqueles que apoiaram o

regime nazista, Arendt os define como “criminosos que nunca cometeram crimes” e afirma que sua justificativa de obediência às ordens dadas pelo governo não retira sua responsabilidade:

No entanto, a razão pela qual podemos considerar esses novos criminosos, que nunca cometeram um crime por sua própria iniciativa, ainda assim responsáveis pelo que fizeram, é que não existe obediência em questões políticas e morais. O único domínio em que a palavra poderia possivelmente ser aplicada a adultos que não são escravos é o domínio da religião, quando as pessoas dizem que *obedecem* à palavra ou ao comando de Deus, porque a relação entre Deus e o homem pode ser vista corretamente em termos semelhantes à relação entre o adulto e a criança. (ARENDR,2004, p. 110,111)

Aqueles que estavam acostumados a seguir ordens, ou seja, a seguir normas e valores, sem questioná-los, foram os que se colocaram a seguir a nova ordem, pois não é que se tenha colocado abaixo todas as regras positivadas e morais até então estabelecidas, simplesmente se trocou uma ordem por outra, e para os que já não refletiam sobre a antiga, tampouco questionaram a que ficou em seu lugar.

E isso, penso, é muito duvidoso em vista da evidência que possuímos, e também em vista do fato de que ano após ano uma ordem “ilegal” se seguia a outra, todas exigindo não apenas crimes que, fortuitamente, não tinham conexão entre si, mas construíam com total coerência e cuidado a assim chamada nova ordem. Essa “nova ordem” era exatamente o que dizia ser — não apenas horripilantemente nova, mas também, e acima de tudo, uma *ordem*. (ARENDR, 2004, p. 104)

A ideologia responsável por justificar os crimes totalitários não foi implantada de um dia para o outro, ela vinha se estabelecendo ano após ano e sua lógica foi sendo construída e criando cada vez mais uma aparente coerência, a ponto de os crimes cometidos já não serem sequer questionados, pois eram visto como necessários para um objetivo em comum. Com isto, voltamos a questão, estaria, portanto, a ausência de pensamento relacionada à banalidade do mal exemplificada por Eichmann e os apoiadores do regime nazista? Tendo em vista não tratar-se de criminosos, pelo menos antes do poder totalitário; mas de pessoas comuns, de capacidades medianas.

A questão que se impunha era: seria possível que a atividade do pensamento como tal – o hábito de examinar o que quer que aconteça ou chame a atenção independente de resultados e conteúdo específico – estivesse dentre as condições que levam os homens a se absterem de fazer o mal, ou mesmo que ela realmente os “condicione” contra ele? (ARENDR, 2000, p. 6,7)

Ao descrever as justificativas de Eichmann em seu julgamento, onde este desconhecia sua reponsabilidade pelos crimes cometidos, a autora cunha o conceito de banalidade do mal ao identificar no soldado nazista não o mal “monstruoso” como estamos acostumados:

Hannah Arendt, num primeiro momento, em *Origens do Totalitarismo*, falou, com inspiração kantiana, no *mal radical*. Considerou o mal como radical porque o que o caracterizaria no exercício da dominação totalitária é a erradicação da ação humana, tornando os seres humanos supérfluos e descartáveis. Subsequentemente formulou a tese da banalidade do mal como um mal burocrático, que não tem profundidade mas pode destruir o mundo em função da incapacidade de pensar das pessoas, capaz de espraiair-se pela superfície da terra como um fungo. (LAFER, 2006)

Lafer explica que para Arendt o mal realizado através do totalitarismo seria radical no sentido de erradicar a ação humana, ou seja, por destruir a própria existência do ser humano, lhes retirando seus direitos, seu convívio em comunidade e sua própria identidade. No entanto, ao deparar-se com o homem Eichmann percebe o mal como irreflexão, como um efeito do distanciamento político, onde o sujeito não desenvolve sua capacidade de pensar e, portanto, de julgar. Arendt percebeu Eichmann como um ser insignificante e superficial, não era o mal neste sujeito visto como uma ação, um ato espontâneo que de certa forma o caracterizasse, mas, na verdade como um ato causado por algo que não exercia, sua capacidade de pensar. Se existia algo original em Eichmann portanto, seria a sua autentica incapacidade de pensar (SOUKI, 1995).

À vista disso, compreendemos que para Arendt, a ausência de pensamento se coloca como uma das principais causas à banalidade do mal e, por isso, para manter um contato com o mundo preciso inicialmente manter uma comunicação comigo mesmo. Na próxima seção, entraremos na própria forma de se realizar o pensamento, entendido por Arendt a partir de Sócrates, como o diálogo dois- em- um, o qual identifica “como acontece o pensar”, que se faz na comunicação de mim comigo mesmo, mas que não é solitário, pois se nesta atividade não se faz necessário um ouvinte como no mundo das aparências em que preciso de alguém que perceba a minha ação. No entanto, se faz necessária uma conjuntura plural, que me faça ativo diante dos demais, isto é, apesar de ser uma atividade que desenvolvo a sós comigo, jamais poderei fazê-la de forma solitária (ROCHA, 2020).

3.2 O diálogo dois-em-um do pensar e a sua expressão através do juízo

Na seção anterior, iniciei a abordagem sobre a atividade do pensar e como ela se apresenta de maneira contemplativa, ou seja, ao exercer a habilidade de reflexão, se faz necessário o retirar-se do meio dos outros homens. No entanto, para que se possa desenvolver verdadeiramente o pensamento, é necessário que o homem viva num contexto plural. Em 1952, Arendt faz uma anotação em seu diário sobre o que percebe ser pluralidade, ela afirma que a razão da pluralidade não estaria na multiplicidade dos objetos, mas no fato de que o homem depende do outro, e que esse outro depende de um terceiro, gerando dependências ininterruptas (NUNES, 2018). Mais à frente em *A Condição Humana* ela irá colocar sobre o termo pluralidade o fato de que os homens aparecem a si mesmos, tornando-se o termo chave para sua teoria política (NUNES, 2018). Portanto, fora de uma conjuntura plural os sujeitos limitam-se a si mesmos, o que prejudicaria a sua esfera pública e sua compreensão política. Dessa forma, uma vez isolados, os sujeitos se tornam frágeis e vulneráveis à doutrinação de ideologias. Foi o que aconteceu na Alemanha ao permitir o poder ao regime nazista e todas as atrocidades que justificavam ser em prol de um bem maior.

Com isto, considerando-se que muitos dos que apoiaram o governo nazista fundamentaram sua defesa na obediência às ordens que foram dadas, questiona a autora se, afinal, estaria o mal relacionado à ausência de reflexão, que ao seu ver foi o que ocorreu por parte dos apoiadores do nazismo, pois não reconheciam o mal em suas ações, o que pôde ser refletido a partir da figura de Adolf Eichmann. Reflexão esta que lhe ocorreu logo após a sua participação do seu julgamento em Jerusalém, ao perceber em suas justificativas a repetição que acontecia na fala dos ex-funcionários nazistas. Ao observar a forma como interpretaram seus próprios atos, Arendt entende que não se tratava meramente de seres cruéis favoráveis a violência ou de monstros, mas de indivíduos de capacidades medianas que não se colocaram a pensar e estabelecer um juízo sobre os seus atos ao servir ao regime nazista.

A partir da irreflexão observada em Eichmann e em outros servidores do regime totalitário, é possível ponderar sobre a ausência do pensamento, a qual coloca os seres a obedecer sem questionar. Todavia essa recomendação leva os indivíduos a aderirem rapidamente às “regras de conduta” que são determinadas em certa época para uma comunidade. Dessa forma, os sujeitos se acostumam muito mais ao ato de obedecer do que às próprias regras estipuladas. Por isso, a substituição de um código pelo outro se torna fácil a esses indivíduos que não exercem sua capacidade de pensar, basta que se prove que as novas regras são melhores e logo passaram a ditar as vidas desses indivíduos.

Nossa questão – “ o que nos faz pensar? ” não procura nem causas nem objetivos. Sem questionar a necessidade humana de pensar, ela parte da suposição de que a atividade de pensar está incluída entre as *energeiai*, aqueles atos que (como o de tocar flauta) têm o seu fim em si mesmo e não deixam nenhum produto, externo e tangível, no mundo que habitamos. Não podemos datar o momento em que essa necessidade começou a ser sentida; mas simplesmente a linguagem e tudo aquilo que conhecemos sobre épocas pré-históricas e sobre as mitologias cujos autores não podemos identificar nos dão certo direito de supor que essa necessidade é contemporânea ao aparecimento do homem sobre a terra. (ARENDDT, 2000, p. 99) (...) A saída para essa perplexidade parece estar indicada no velho argumento de que uma afirmação original do Ser, não haveria nada sobre que pensar, nem ninguém que pensasse. Em outras palavras, a própria atividade do pensar, não importa que tipo tenha, já pressupõe a existência. (ARENDDT, 2000, p. 113)

A atividade do pensar, acontece para Arendt, portanto, sem uma razão anterior, sua finalidade seria ela mesma e não produz nada do que se possa ter contato material. O pensamento induz o indivíduo a uma certa paralisia que se faz no parar para pensar, e com isso surge a necessidade de interromper todas as outras atividades, tendo em vista que não se consegue acompanhar o “vento do pensamento” (ARENDDT, 2000).

Segundo Vicente (s.d), na atividade do pensar, Arendt enxerga Sócrates como o pensador político por excelência, uma vez que para o filósofo, a pluralidade se realiza como a própria base de toda política, sendo a condição da ação humana, uma vez que nos aproximamos em nossa humanidade e, ao mesmo tempo, nos diferenciamos em nossas singularidades. Alguns dos conceitos centrais do pensamento da autora se fazem junto a Sócrates, como de pluralidade, o dois-em-um, e de juízo. Sendo assim o filósofo serve de forte inspiração ao pensamento arendtiano, em especial sobre o evento totalitário e, logo após, no julgamento de Eichmann, os quais possuem forte discussões sobre moral e a atividade do pensar.

Para Sócrates, segundo Arendt, a política se constrói num espaço comum, em qualquer lugar, desde que neste exista o diálogo entre todos. Para o filósofo, a amizade seria como sinônimo de não estar só, ao compartilhar o mundo através da visão do outro. Um mundo constituído por amigos portanto não precisaria de representação, pois seria um mundo comum, ou seja, um espaço que contemplasse a necessidade de todos (VICENTE, s.d).

Desse modo, Arendt coloca a questão de que a atividade do pensar e estar vivo seriam a mesma coisa, uma vez que apenas o ser possui a capacidade de aparecer, assim como receber as aparências dos demais e refletir sobre isto. Segundo Arendt, para Sócrates, o pensamento acontece de forma a paralisar o ser, ou seja, me desvio de todas as outras atividades para poder exercer a minha reflexão. Este “retirar- se” é o que me possibilita meditar sobre o que foi

observado nas experiências que tive, por isso, ao me comunicar com os outros, preciso de um espaço dessa conexão para poder me conectar comigo mesmo, só assim será possível transformar o que foi assimilado em um juízo produzido por mim, e não apenas reproduzido pelo que foi absorvido de outros.

A ideia que Arendt tinha de Sócrates sobre o mal e a ausência de pensamento era que aqueles que não possuem admiração e amor pelo saber, pelo justo ou pela arte da pesquisa, serão incompetentes no exercício do pensamento, assim como aqueles que tem prazer em questionar e “fazer filosofia”, tampouco terão habilidade em realizar o mal.

Voltando a Sócrates, os atenienses lhe disseram que o pensamento era subversivo, que o vento do pensamento era um furacão a varrer do mapa os sinais estabelecidos pelos quais os homens se orientavam, trazendo desordem às cidades e confundindo os cidadãos. E embora Sócrates negue que o pensamento corrompa, ele tampouco alega que aperfeiçoe alguém. O pensamento apenas desperta, e isto lhe parece um grande bem para a cidade. Mesmo assim, Sócrates não diz que empreendeu todas estas investigações para se tornar um grande benfeitor. No que diz respeito a ele mesmo a única coisa que se pode dizer é que uma vida sem pensamento seria sem sentido, embora o pensamento jamais torne alguém sábio ou dê respostas às perguntas que ele mesmo levanta. O significado do que Sócrates fazia repousava nesta simples atividade. Ou em outras palavras: pensar e estar completamente vivos são a mesma coisa, e isto implica que o pensamento tem sempre que começar de novo; é uma atividade que acompanha a vida e tem a ver com os conceitos como justiça, felicidade e virtude que nos são oferecidos pela própria linguagem expressando o significado de tudo que acontece na vida e nos ocorre enquanto estamos vivos. (ARENDR, 2000, p. 134)

Nesta passagem Arendt expõe muito do que foi apresentado até aqui, como, por exemplo, a atividade do pensamento acontecer com teor negativo para alguns, no trecho, relata a forma como os atenienses enxergavam o “vento do pensamento” como algo negativo, que destrói aquilo que foi estabelecido na comunidade. Para aqueles, repensar o que estava disposto na comunidade e a partir disso, trazer soluções que acompanham as necessidades atuais dos homens, na verdade, servia apenas para causar a desordem entre estes. De forma similar aconteceu com os apoiadores do nazismo, indivíduos acostumados a seguir ordens e que se negaram a refletir sobre o contexto ao qual participaram. Como já foi apontado na seção anterior, a adesão daqueles que participaram do governo nazista se tratou da adesão a uma nova ordem, em substituição às primeiras normas as quais estavam acostumados a seguir até então, isto é, grande parte da população vivia de acordo com “regras” para as quais não havia questionamento, por isso foi fácil a incorporação de um novo código, deste modo, percebe-se

que o mal pode ser facilmente realizado por aqueles que não exercem a atividade do pensamento, uma vez que não desenvolvem seu juízo sobre as questões.

Apesar de ser comum a falta de questionamento sobre assuntos que remetam à moral e à política, Arendt afirma que precisamos estar atentos. É ao nos retirarmos das discussões que criticam e questionam o que está posto, que nos colocamos em uma situação de perigo, pois assim, nos tornamos vulneráveis a aceitar qualquer ordem, vinda de qualquer um. A representação política só é capaz de construir soluções que alcancem a todos se for construída de forma plural. Ao aceitar ideias prontas as pessoas se refugiam do incômodo do pensar, preferem dar continuidade ao que já está disposto e seguir sua vida a partir de normas prontas. Ou seja, o que os indivíduos tomam como tradição não é realmente o que foi estabelecido, seus princípios em si, mas o ato de obedecer ao que está posto, ou seja, o ato de seguir normas, sem questionar-se sobre elas, por isso, ao se verem frente a proposta de um novo “regulamento” em detrimento do que estava, não terão dificuldades em sua adesão (SERRA, 2014).

Como já foi apontado, para Arendt, pensar e estar vivo são a mesma coisa, uma vez que o pensamento precisa sempre recomeçar, assim como acontece com o nascimento que traz consigo sempre um novo começo. Por isso, afirma que uma vida sem a atividade do pensar pode acontecer, mas não de forma ativa, por isso compara que um indivíduo que não pense, está no mundo como um sonâmbulo. Logo, quando a comunidade passa por transformações significativas, os sujeitos são surpreendidos como se estivessem dormindo e, desse modo, passam a aderir facilmente a ordens contrárias as que até então estavam acostumados a seguir, como o “não matarás” (SERRA, 2014).

Uma vida plena só pode acontecer num contexto plural, ou seja, em que os homens mantenham uma relação ativa no espaço público, portanto, a própria forma de fazer filosofia, no retirar-se, apesar de parecer ativa, também coloca o ser num estado “adormecido”. A verdade só pode ser construída dentro da esfera pública, por isso, mesmo dialogando consigo, o indivíduo precisa do convívio comum para que o seu pensamento torne-se ação (COELHO, 2020).

A descrição socrático-platônica do processo de pensar me parece tão importante porque sugere, ainda que apenas de passagem, o fato de que os homens existem no plural e não no singular, que os homens, e não o Homem, habitam a Terra. Mesmo que estejamos junto apenas de nós mesmos, quando articulamos ou realizamos esse estar sozinho descobrimos que estamos acompanhados, na companhia de nós mesmos. A solidão (*loneliness*), esse pesadelo que, como todos sabemos, pode muito bem nos dominar no meio de uma multidão, é precisamente esse estar abandonado por si mesmo, a incapacidade temporária de se tornar dois-em-um, por assim dizer, quando nos

vemos numa situação em que não há ninguém mais para nos fazer companhia. Desse ponto de vista, é realmente verdade que a minha conduta com os outros vai depender da minha conduta comigo mesma. Só que não está envolvido aí nenhum conteúdo específico, nenhum dever e obrigação especial, nada senão a pura capacidade de pensamento e lembrança, ou a sua perda. (ARENDT, 2004, p. 161)

Arendt chama atenção para a noção socrático-platônica da atividade do pensamento, em que um sujeito mesmo isolado estará na companhia de si mesmo, portanto nunca estará só. Contrário ao estado de solidão que isola os homens de forma radical e nele o sujeito perde também a comunicação consigo mesmo pois já não possui sua singularidade, a qual é garantida dentro de uma conjuntura plural. Ao trazer o pensamento socrático, Arendt explica que o filósofo acreditava que o mundo só pode ser humano e, comum, se houver discussões que envolvam o espaço comum desses integrantes. As diferentes visões de mundo aconteceria de acordo com a quantidade de indivíduos e a comunicação entre eles através do discurso, é o que constituiria o mundo comum, a partir da pluralidade humana (VICENTE, s.d). Ao perder-se de seus domínios público e privado, no estado de solidão, ao sujeito não resta qualquer contato com os demais, nem consigo, com isto, seu diálogo dois-em-um é interrompido, e então o sujeito perde a noção sobre sua própria existência humana.

De acordo com Arendt, a atividade do pensar interpretada por Sócrates como o diálogo dois-em-um, se faz como um paradoxo, pois ao se entender como um, o filósofo afirma não querer entrar em desacordo consigo, já que estará eternamente condenado a conviver com aquele que se contrapõe a ele. No mundo das aparências, no entanto, sou apenas um para aqueles que me percebem e, ao estar junto com os outros sem exercer minha autoconsciência também sou esse um visto pelos demais, pois assim me mostro. Isto acontece porque ao estar no meio público, na relação com terceiros, interrompo temporariamente meu diálogo-dois-em-um, que é a própria atividade do pensar, e assim passo a ser objeto para mim mesmo, como sou para os demais. Nenhum ser é apenas um dentro de um meio plural, a identidade de cada ser se faz justamente na diferença deste para com os outros.

Em outras palavras, é a experiência do ego pensante que está sendo transferida para as coisas. Pois nada pode ao mesmo tempo ser em si e para si mesmo senão o dois-em-um que Sócrates descobriu ser a essência do pensamento, e que Platão traduziu em linguagem conceitual como diálogo sem som – *eme emauto* – de mim comigo mesmo. Mas, novamente, não é a atividade de pensar que constitui a unidade, que unifica o dois-em-um; ao contrário, o dois-em-um torna-se novamente Um quando o mundo exterior impõe-se ao pensador e interrompe bruscamente o processo de pensamento. Quando o pensador é chamado de volta ao mundo das aparências, onde ele é sempre Um, é como se a dualidade em que tinha sido dividido pelo pensamento se unisse,

violentamente, voltando de novo à unidade. Existencialmente falando, o pensamento é um estar-só e não solidão; o estar-só é a situação em que me faço companhia. A solidão ocorre quando estou sozinho mas incapaz de dividir-me no dois-em-um, incapaz de fazer-me companhia, como quando Jaspers dizia “ eu falto a mim mesmo” (*ich bleibe mir aus*), ou em outras palavras quando sou um e sem companhia. (ARENDDT, 2004, p. 139)

Nesta passagem, Arendt apresenta o paradoxo ao qual nos utilizamos como fio condutor desta pesquisa, o fato de que a solidão se coloca como “condição fundamental de toda vida humana, assim como, ser a experiência contrária as necessidades básicas da condição humana” (ARENDDT, 2004). Isto porque a autora entende o conceito de solidão, tanto como maior expressão totalitária, e ao mesmo tempo, como a própria atividade do pensamento, já que para desenvolver o pensar, preciso estar só comigo. Por isso, ela diferencia o estar só de solidão e afirma ser esse estar só o recurso que utilizo para pensar e realizar o diálogo dois-em-um, comigo mesmo.

Na experiência de solidão, ao afastar-se do espaço público, perco a relação com os demais e assim, a noção de senso comum, o que estabelece minha noção de realidade. Arendt explica, inspirada pelo filósofo escravo forro, de origem grega, *Epiteto*, que na solitude, posso estar a sós comigo sem estar num estado de solidão, pois faço companhia a mim mesmo, como dois-em-um. Assim caracteriza-se o pensamento socrático, num diálogo interno onde mantenho a comunicação com os outros e estes são representados pelo eu com que dialogo. Arendt complementa então que a solitude torna-se um preparo para a convivência em comunidade, já que a amizade que estabeleço comigo seria o parâmetro de relação que devo ter com os demais (COELHO, 2020).

Assim, dentro do processo de pensamento serei dois enquanto estiver só comigo mesmo e um quando estou com outros, no mundo das aparências, pois quando estou nele interrompo meu diálogo consigo e passo a ser objeto para mim mesmo. Com isto, o indivíduo se afasta do diálogo consigo e passa a aparecer diante dos outros e de si mesmo, transformando-se em seu próprio objeto de observação. Diferente se faz no estado de solidão que apesar de estar só, já não consegue comunicar-se consigo, pois o sujeito perde a si mesmo.

Para Eccel (2011) de acordo com Arendt, o dois-em-um socrático se faz no instante que o indivíduo, ao estar sozinho, faz companhia a si mesmo, ou seja, o mesmo indivíduo se faz em dois ao estabelecer um diálogo consigo. Este, portanto, é um diálogo interno, como se realmente houvesse dois indivíduos diferentes em uma conversa. Para isto, não é necessária a solidão física do sujeito, pois é possível estar sozinho e mesmo assim, não estabelecer diálogo consigo. Todavia, pode acontecer de um indivíduo está em meio a terceiros e ainda assim ser compelido

pelo “ vento do pensamento” e assim, afasta-se do meio comum para estabelecer o diálogo a sós consigo mesmo. É o que ocorre com os filósofos, no entanto, essa retirada é temporária, considerando-se o mundo plural que vivem:

O filósofo que, tentando escapar da condição humana da pluralidade, foge para a solidão total, entrega-se, de forma mais radical do que qualquer outro, a essa pluralidade inerente a todo ser humano, pois é a companhia dos outros que, atraindo-me para fora do diálogo do pensamento torna-me novamente um – um ser só humano, único, falando apenas com uma voz sendo reconhecida como tal por todos os outros (ARENDDT, 2002, p. 101).

Ou seja, quem está no exercício da atividade do pensar nunca está só, sempre será dois, pois mesmo sozinho estará dentro de um contexto plural. Mas existe um ponto que deve ser analisado, quando o dois-em-um está agindo e não se faz presente no mundo das aparências, este mundo o coloca novamente como um, mas por estar no meio de outro, outra vez não estará mais sozinho. Esse diálogo que o sujeito estabelece com ele mesmo é muito rápido e dificilmente seria possível acompanhar de fora (ECCEL, 2011).

Arendt explica que o homem teme sua consciência pois ela “se torna sua testemunha no instante que ele volta para casa”, no entanto, o pensamento é apenas uma condição ao afastar o indivíduo do mal, não é ele por si só que afastará do ser as atitudes más, tendo em vista que ele o permita refletir sobre o significado dos fatos; mas é o juízo que permitirá ao sujeito distinguir o que é “ certo” ou “ errado” (ARENDDT, 2000).

Apesar do pensamento exigir um distanciamento, ainda consigo manter o diálogo inicial, comigo mesmo, ao contrário do que acontece no estado de solidão, em que não me faço companhia. Ao pensar, tenho ativa a minha consciência que me segue e se coloca como testemunha de meus atos, por isso, o indivíduo precisa ter controle sobre suas atitudes a fim de que não se torne insuportável sua relação consigo.

(...) enquanto travo o diálogo do estar só, no qual estou estritamente sozinho, não estou separado daquela pluralidade que é o mundo dos homens e que designamos, no sentido mais amplo, por humanidade. Essa humanidade, ou melhor, essa pluralidade, já se evidencia no fato de que sou dois-em-um. (‘Um é um e estará para sempre e totalmente só’ aplicasse apenas a Deus). Os homens não só existem no plural, como todos os seres terrenos, mas também trazem em si mesmos uma indicação dessa pluralidade. (ARENDDT, 2002, p. 103).

Com isto, Sócrates afirma, segundo Arendt, que apesar de se tratar de uma atividade solitária, o pensamento só pode acontecer dentro de uma contínua pluralidade, encontrada no

estar só que não é o mesmo que solidão. A relação entre a autoconsciência e a atividade do pensar, em que não só tenho ciência de mim, mas a comunicação dois-em-um ativa, é o que possibilita estar em harmonia ou desarmonia comigo. Por isso, é tão importante que minhas atitudes estejam de acordo com meus pensamentos, pois seria muito mais fácil me afastar daqueles que não concordo do que me afastar de mim mesmo, o que não é possível. Foi o que a autora ressaltou em *Responsabilidade e Julgamento* ao analisar a questão da obediência daqueles que prestaram serviço ao nazismo, mas que não tinham a intenção de cometer crimes e justificaram ter apenas seguido as ordens que receberam. Nesse sentido, ela aponta a ausência de pensamento destes “cumpridores de ordens” e conseqüentemente a sua incapacidade de expressá-lo a partir do juízo, pois se estivessem no pleno desenvolvimento de seus pensamentos jamais se permitiriam cometer o mal para cumprir seu dever, uma vez que cometendo o mal, teriam que conviver consigo mesmos, o que geraria muito mais incômodo do que qualquer divergência com terceiros de quem poderiam se isolar.

Ao formar um juízo sobre algo através das minhas palavras, externo aquilo que formulei em meus pensamentos de maneira silenciosa, e é nesse externar que interrompo o meu diálogo silencioso comigo mesmo e o transformo em discurso. Mas a minha opinião trata da minha perspectiva, da minha forma de interpretar o mundo, por isso, existem diversos juízos diferentes, pois cada um enxerga determinado fato/objeto de formas diversas, tendo em vista o contexto plural ao qual constituímos. A partir dessa perspectiva, pode-se concluir que não existe uma verdade absoluta. Uma vez que “a pluralidade é a lei da terra” e por isso um mesmo objeto/situação é vista por diversas perspectivas, portanto não teria como haver uma verdade absoluta que calhasse a todos. O que pode ser feito é analisar cada uma dessas interpretações em meio aqueles que formam uma comunidade, para que se chegue na proposição mais próxima às opiniões ali formuladas (PASSOS, 2008). Como argumenta Frateschi, a compreensão da diferença do outro é possível na medida em que ele a expressa discursivamente para mim pois, segundo Arendt, refletindo a partir de Sócrates, o outro é para sempre desigual e diferente:

Ver o mundo do ponto de vista do outro é “a percepção (*insight*) política por excelência”. Arendt interpreta o “Conheça a ti mesmo” como querendo dizer que é apenas conhecendo o que aparece para mim e permanecendo em relação com a minha *existência concreta* que eu posso compreender a “verdade”, a minha e a do outro. A verdade absoluta – ou seja, a verdade que seria a mesma para todos e independentemente da existência de cada um e do lugar que ocupa – não existe para os mortais. Os filósofos precisam lidar com isso e precisam compreender o que isso significa para os mortais, entre os quais se inclui. Para estes “o importante é tornar a doxa verdadeira, enxergar em cada doxa a verdade e falar de tal maneira que a verdade da opinião das pessoas se revele para elas mesmas e para os outros” Quando Sócrates diz “que sabe que nada

sabe”, ele está querendo dizer que sabe que não possui a verdade válida para todo mundo e que não pode saber a verdade do outro senão “perguntando para ele”. (FRATESCHI, 2019, p. 53)

Com isto, entende-se que o conceito de verdade não é um, mas vários, por representar a conjuntura plural na qual estamos inseridos. Por isso, só posso me aproximar dessas verdade através do discurso dos seres humanos com os quais compartilho o mundo. Quando coloco minhas percepções pessoais de lado para dar espaço a compreensão do outro é que passo a desenvolver uma consciência política.

Neste sentido, é possível compreender que as passagens entre o mundo das aparências e o “estar só”, em que o sujeito se retira para poder pensar, apresenta a ligação entre a atividade do pensar e a ação, tendo em vista que a relação entre os indivíduos aliada a relação consigo mesmo, liberta os seres de estereótipos e os permite expandir seu juízo (PASSOS, 2008). Por isso a importância em manter o bom relacionamento comigo mesmo, para que através do juízo possa externar meu pensamento, uma vez que o juízo seria a conexão que possui entre pensamento e ação. Assim, Arendt explica que Sócrates fazia com que o sujeito refletisse sobre os conceitos construídos sem exame, com isso, usava do artifício de relacionar o pensamento ao julgar, fazendo com os indivíduos pudessem avaliar e julgar os estereótipos aos quais estavam atrelados. Por fim, esses indivíduos passavam a ter como verdade inquestionável o fato de que nada sabiam sobre aquilo que antes julgavam saber (PASSOS, 2008).

Arendt sintetiza sobre a capacidade de pensar e afirma que, como a vida, se renova constantemente. Para aqueles que exercem o pensamento, o mal não pode ser considerado como natural e por isso, sua execução tende a ser evitada. Assim, Arendt reflete que o exercício banal do mal, que seria aquele cometido em razão da irreflexão, e em consequência, da falta de investigação para a construção de um juízo, se faz na perda do primeiro diálogo, consigo mesmo, o que compõe o ser (ALVES; ZANELLA; ZANARDI, 2017).

Como já analisamos, o pensar mantém relações com o mundo mesmo se tratando de uma atividade em que o homem realiza com ele mesmo, na sua dualidade. No entanto, apenas quando transformado em juízo é que o pensamento alcança dimensões políticas. Da mesma forma, o juízo não pode ser construído sem um pensamento prévio, pois tornaria-se limitado. Com isto, podemos concluir que um completa o outro, já que sem o pensamento não posso elaborar meu juízo, e sem este não posso comunicar meu pensamento ao mundo. É através do pensar que posso avaliar e escolher minhas ações, através do senso crítico que desenvolvo com meus pensamentos, assim consigo manter equilíbrio entre minhas reflexões e meus atos,

vivendo de maneira harmoniosa comigo. E é justamente esse senso crítico que me permite praticar meu juízo (ROCHA, 2020).

A atividade do julgar, por conseguinte, possui relevância no ato de identificar o que foi preestabelecido e atrapalha os homens a julgar o que lhes é atual. Julgamentos cometidos em razão de acontecimentos passados, geralmente carregam preconceitos que não possuem reflexão sobre o momento presente, por isso, o julgar deve renovar-se a cada nova experiência. Assim, podemos concluir que o juízo é a atividade de decisão sobre como nos dispomos diante da liberdade humana (NOVAES, 2017, p. 111), sendo o julgar a atividade mais política entre as faculdades do espírito (ROCHA, 2020, p. 101).

Com isto, a fim de elucidar a concepção de Arendt sobre a faculdade do julgar como expressão política do pensamento, na próxima sessão, trarei a ideia de *sensus communis*, o qual entrega aos homens o sentido de realidade; o aspecto de “comunicabilidade”, e o de “mentalidade alargada”, os quais se relacionam diretamente com o mundo das aparências e com a noção de pluralidade, e, como esta, se relaciona diretamente a atividade do pensamento.

3.3 A relação entre pensamento e pluralidade

Inicialmente, a relação do pensamento (atividade contemplativa) com a pluralidade, a qual se apresenta para Arendt como condição básica da ação e do discurso, pode parecer distante. Mas diante de tudo o que foi explanado até o momento sobre o que seria a atividade do pensamento, como ele acontece em cada indivíduo, no dois-em-um e como se apresenta no mundo das aparências através das palavras e, portanto, dos juízos, podemos compreender que um não pode estar separado do outro. Ou seja, é apenas num contexto plural que o pensamento é possível, pois na condição dois-em-um, onde o sujeito exerce a atividade do pensar não se está só, mas acompanhado de si mesmo, portanto mesmo que esteja sozinho a condição é plural (ECCEL, 2011).

Em sua obra *A Condição Humana*, na qual propõe a reflexão sobre as atividades de trabalho, obra e ação, Arendt discorre sobre o que seria a ação e o discurso, atividades que se correspondem e que vão além das atividades do trabalho e da obra. E é no momento de definir a ação e o discurso, que a pluralidade entra como conceito chave, pois é a partir dela que a ação será possível. Isto porque a pluralidade se apresenta ao mesmo tempo como igualdade e diferença, o que pode gerar certa confusão inicialmente. Entretanto essa igualdade e essa diferença não são completas, elas se complementam. A igualdade acontece na identificação com o outro e essa identificação que possibilita a compreensão entre os seres. No entanto, essa

identificação não é total, caso fosse, a ação sequer seria necessária pois não traria nada de novo, e assim, os sujeitos poderiam se comunicar apenas através de “meras sinalizações”. A diferença que existe nos indivíduos é o que nos coloca a observá-los, pois do outro pode se esperar ações diversas. É através da ação, portanto, que é exercida a humanidade do sujeito ao demonstrar a sua singularidade através do discurso (SANTOS, 2019).

Com isto, pode ser percebido que a pluralidade se faz como fator base da principal atividade da condição humana, como aponta Arendt ao citar Sócrates: “é que viver junto com os outros começa por viver junto a si mesmo”. Logo, não seria possível uma relação dentro do espaço público se não houver inicialmente a relação consigo.

Nessa contextualização, a autora expõe que a pluralidade é o que garante ao mesmo tempo, que o ser possa ser distinto dos demais, ao afirmar sua singularidade entre a diferença que possui entre os outros, sem deixar de ser vários, sem deixar a semelhança que possui com estes de lado. A igualdade e a diferença, portanto, acontecem simultaneamente. A relação com o outro é o que atesta a realidade para os homens. A ideia de senso comum é o que dá ao indivíduo a garantia de que o mundo em que ele vive e enxerga os objetos, realmente existe, e não é só um resultado de sua imaginação (ARENDRT, 2007).

Para Arendt o *sensus communis* faz com que os indivíduos possam perceber seus juízos de forma plural, assim poderão se colocar no lugar do outro usando sua imaginação e poderão compartilhar suas experiências e juízos com os demais. Este conceito diferencia-se do *sensus privatus*, neste, os homens limitam-se à sua realidade e lógica, portanto estão afastados do ponto de vista dos outros e de seus juízos, e com isto, elimina-se a possibilidade de se comunicarem e se compreenderem como comunidade (PASSOS, 2018). É o que exemplifica bem a situação de isolamento dos homens de massa, que são incapazes de se perceberem num contexto coletivo, e por isso, não conseguem compreender a visão do outro, ou sequer compreender a realidade que os atesta.

Esse aspecto está diretamente relacionado com a ideia de “*sensus communis*” que, para Arendt, é diferente do senso comum. Quando Kant faz uso deste último termo, está se referindo ao que todos os homens têm em comum no sentido —interno, ou seja, é o que há de comum em todos interiormente. No entanto, quando Kant passa fazer uso do termo latino, “*sensus communis*”, está, de alguma forma, referindo-se àquilo que há de comum entre os homens quando – como afirma Duarte – eles estão *em comum*, ou para usar as palavras de Arendt: —é um sentido extra – como uma capacidade mental extra (o termo alemão (*Menschenverstand*). É a partir da ênfase caída sob o termo entendimento (*verstand*) que provém a ideia de *comunicabilidade*, pois a fala, o discurso é que permite que as impressões internas, as mais subjetivas, possam deixar a subjetividade e atingirem o âmbito da intersubjetividade e,

como afirma Kant, é isso que faz os homens serem homens. Além disso, a ideia arendtiana de pluralidade aparece neste contexto de forma bastante evidente e talvez seja a partir da ideia de *sensus communis* que se revele o aspecto mais político da faculdade de julgar. (ECCEL, 2011)

Dentro da noção de *sensus communis* Arendt explica a passagem do subjetivo para o intersubjetivo, que acontece no momento em que os indivíduos mantêm a comunicação através do discurso. Aquilo que foi estabelecido como impressão inicial transforma-se em compreensão, em uma visão compartilhada, onde os juízos se relacionam, alcançando sua expressão política. Portanto, é na comunicação estabelecida entre os sujeitos que estes podem alargar seus juízos e colocar-se na posição do outro. Afirma Passos (2008) que para existir uma juízo atual que possa considerar a sensação de pertencimento a uma comunidade, é preciso “dar validade universal aos juízos formulados”, caso contrário, não teria como os juízos serem compreendidos pelos diversos sujeitos, portanto deveria haver generalizações que servissem para que a realidade possa ser compreendida. Não se trata de regras gerais que limitem os homens, mas que o todo possa ser visto a partir de um, como forma de ditar um exemplo a se seguir e guia-los. Com isto, defende Arendt, se estabelece um recurso persuasivo sobre a faculdade do julgar.

O pensamento, por sua vez, se relaciona ao juízo no intuito de se desconstruir o que foi estabelecido, valores, ideologias, todo tipo de generalidade, trazendo a oportunidade de criticar o que está posto na comunidade. Diferente do juízo, o pensamento não se relaciona diretamente com o mundo das aparências, para que o pensamento passe a se relacionar com o mundo é preciso que o indivíduo se afaste da sua comunicação dois-em-um e torna-se um novamente. Nesta relação entre pensamento e juízo surge o questionamento de como seria possível para os sujeitos no contexto totalitário, onde se tem o convívio no espaço público destruído, onde as relações entre os sujeitos já não acontece e portanto sua ação e conseqüentemente, seu discurso, são interrompidos. Seria possível para o indivíduo isolado (onde se mantém sua esfera privada) desenvolver seu juízo, já que seu diálogo consigo se conserva?

Como analisado por Arendt, dentro de uma situação de solidão perde-se a conjuntura plural entre os seres, portanto, seu juízo não poderá ir além de si mesmo, pois o *sensus communis* que o permite expandir seu juízo está perdido e com isto, sua noção universal é perdida e passa a se limitar apenas a si mesmo, assim, o sujeito passa a julgar sua própria sorte sem percebê-la em relação aos demais. O mundo comum seria o responsável pela vida em conjunto dos indivíduos, sendo o vínculo estabelecido entre estes a maior expressão de humanidade dos seres.

Em sua obra *A Condição Humana*, Arendt retrata o *amor mundi* como o prazer de compartilhar os discursos e as experiências do mundo os quais retiram os sujeitos de si mesmos, de sua intimidade e os leva a uma compreensão coletiva. Por isso, através da ação dos sujeitos, que é garantida por um contexto plural, estes podem se comunicar, compartilhar de um “comum” enquanto diferenciam-se uns dos outros (AGUIAR, 2011). Como exemplifica Arendt:

Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens. A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. (ARENDR, 2007 p. 62)

A partir da comparação que Arendt apresenta entre mundo e a função de uma mesa, pode-se exemplificar como se realiza esse “compartilhar” do mundo comum, no qual os homens podem dividir o mesmo espaço ao mesmo tempo que são afastado por ele, nisso implica dizer que esse espaço reúne os sujeitos em suas semelhanças enquanto humanos e os separa através de suas singularidades, sem que estas os impeçam de compreender-se e dividir as mesmas experiências.

Com isto, podemos concluir que o pensar não é uma atividade silenciosa, mas um discurso que acontece a partir da pluralidade humana, no instante em que o sujeito ao exercer a atividade do pensar, torna-se dois. Dessa forma, a singularidade estabelecida neste indivíduo é o que simboliza a “pluralidade humana como condição inerente ao pensar”. Sem a manifestação da ação através do discurso, os seres se colocam numa situação estática sobre os acontecimentos do mundo. Assim, sem o discurso o homem se torna massa, sem comunicação com o outro e completamente vulnerável a dominação. A banalização do mal, como indica Arendt habita no isolamento entre os seres humanos e pode se manifestar na incapacidade de julgar e pensar. Sem esta relação mantida através da pluralidade, ao indivíduo não se faz possível a atividade do pensar e o desenvolvimento de seu juízo, através dos quais revela sua humanidade (AGUIAR, 2011).

Aguiar (2011) explica, segundo Arendt, que estaria em Sócrates a compreensão sobre a ligação entre pensamento e amizade (diálogo dois-em-um), assim como, entre juízo e mundo comum, uma vez que o pensamento não se trata de uma dedução lógica, mas como um “diálogo

entre amigos”. Essa amizade, por sua vez, irá servir para livrar os sujeitos de categorias de governo baseadas “na categoria do inimigo”, categorias estas que se expandem a partir das experiências totalitárias que implicam no “extermínio e na purificação de setores do gênero humano”. Essa amizade pensada por Arendt, portanto, serve para esclarecer que os homens nascem para dar início (ação humana) e não para morrer (solidão).

Assim, apesar de num primeiro momento o pensamento se caracterizar como essa atividade solitária que parece prescindir da pluralidade, uma vez que se realiza no do retirar-se do homem do meio social, para que a atividade do pensamento possa acontecer, precisa da experiência comum entre os seres. Hurtado (2013) explica que de acordo com Arendt a filosofia tradicional substituiu a razão inicial dos homens, que só podem existir dentro um meio político, ou seja, plural. No entanto, como já foi mencionado, é através do discurso que o homem expressa a sua singularidade, portanto, só após o agir é que o pensamento se faz possível, por isso, sem um contexto plural, jamais se realizaria.

Arendt afirma que a partir do nascimento dos homens surge algo completamente novo que se manifesta na ação humana alicerçado no discurso do indivíduo, efetivando a sua singularidade no mundo. A autora faz menção ao que chama de teia de relações humanas e explica que existe onde quer que os homens estejam reunidos. A novidade que acontece com o nascimento de cada indivíduo por meio de sua ação ocorre sempre em meio a uma teia que já existe, formada por ações de outros indivíduos que já se relacionam. Assim, através dessa relação se inaugura um processo que mais a frente mostrará tanto o resultado da vida daquele que mais recentemente chegou, como as consequências na vida de todos com quem se relacionou.

Para Arendt, a pluralidade seria entendida numa forma de comunidade entre iguais, tendo em vista que não acontece relações de subordinação, como na esfera privada, dentro das relações familiares, por exemplo. Nesta comunidade o próprio ato de falar é uma forma de agir e de se mostrar uns aos outros, nesta conjuntura os seres são livres para realizar as mais diversas ações, portanto não existe qualquer previsão sobre o que venha a acontecer. A autora enxerga o contexto plural dos indivíduos como aquele em que se reúnem para colocar seus discursos e sua ação, ou seja, para mostrarem-se uns aos outros, sem envolver o trabalho ou o consumo, apenas a sua interação dada unicamente pela troca de ações diversas (HURTADO, 2013).

De qualquer modo, a minha hipótese de interpretação é que Arendt tenta de situar lá a prática da filosofia, em esse território primeiro da pluralidade, onde somos e existimos em plural. E pensar pluralmente, isso significa pensar a partir do fato que há alguém mais que ninguém. Por isso, na minha pesquisa,

eu afirmo que a pluralidade é um Faktum em Arendt, como a liberdade do sujeito é um Faktum em Kant. Isso quer dizer que a pluralidade é um fato irreduzível, que não podemos explicar ou seja deduzir, mas somente experimentar. Não há apenas um, mas vários: é isso o Faktum. Arendt, em ocasiões, chamou a esse Faktum da pluralidade “a lei da Terra”. (HURTADO, 2013, p.345)

O autor compreende que, para Arendt, a pluralidade acontece como um fato em si que não pode ser explicado mas experimentado, pois é na experiência entre os seres, na conexão que realizam, manifestando suas aparências através da fala, que vivenciam o verdadeiro sentido de sua existência. Com isto, pensamento se relaciona com pluralidade no instante que apenas dentro de um contexto plural é que se torna possível o pensar. Para o pensamento acontecer é necessário o diálogo, por isso, é primordial que o sujeito mantenha comunicação ativa com si mesmo, assim como com os demais.

A partir do que foi discutido até aqui, é possível romper com a ideia de que o pensamento estaria limitado ao campo das teorias e da especulação e que a prática mantivesse uma dependência dela, e com isto, o pensamento passa a ser considerado plural e ganha espaço no “mundo das aparências”. Arendt aponta, então, que a forma plural do pensar seria a compreensão. Esse compreender por sua vez teria um objetivo prático, o que só é possível através da relação com os outros, o que não exclui o estar só do pensamento, nem retira sua importância, mas deve ser considerado, sobretudo, que esse mesmo estar só deve acontecer de forma plural, com isto, estaremos conduzidos a refletir dessa forma, de forma diversa e não única (HURTADO, 2013).

De acordo com Nunes (2018), essa ideia de ‘compreensão’ está diretamente ligada a ideia de mentalidade alargada, ou seja, ao sair do seu próprio ponto de vista em busca e outros, a fim de formular juízos autêntico sem invalidar o juízo de outrem. Dessa forma, para julgar o homem precisa dispor de um ambiente plural, onde possa usufruir da comunicação com os outros e, através do seu processo imaginativo, tentar alcançar estes sujeitos, ao afastar-se de si mesmo através da mentalidade alargada.

Para Eccel (2011) que refere-se a espírito alargado⁴, afirma através de Arendt que colocar-se no lugar do outro é imprescindível no espaço político, simplesmente por existir referência ao outro. E a isto se relaciona completamente os juízos, pois no momento que um indivíduo deixa o seu juízo de lado para se aproximar do outro, na verdade ele estará adentrando no juízo de outro indivíduo, ou seja, naquilo que o sujeito expressa ao mundo. Ademais, o

⁴ A autora utiliza a tradução de Abranches em *A Vida do Espírito* que faz uso do termo — espírito alargado ou — alargamento do espírito.

alargamento do espírito equivale a deixar os preconceitos para trás para que seja possível enxergar algo que diferencia-se da sua forma de perceber os fatos/objetos e assim, formar um juízo geral, imparcial, que possa refletir sobre os assuntos humanos.

Arendt, em sua tentativa de reconciliar a filosofia com a política defendeu que a compreensão entre os indivíduos só será possível a partir do interesse destes em ouvir e reconhecer o lugar de cada um no mundo, a fim de realmente compreender suas particularidades. Portanto, a validade do juízo dos indivíduos depende de um espaço plural e, além disso, de que na relação entre os sujeitos, estes possam se retirar de sua intimidade e adentrar no espaço público. De acordo com Arendt, a mentalidade alargada permite que o sujeito mantenha sua singularidade e ao mesmo tempo a *transcenda*, no intuito de se aproximar da individualidade do outro. O juízo que se forma através da mentalidade alargada, jamais será absoluto, pois baseia-se numa realidade comum, compartilhada entre os homens, por isso estará sempre se renovando, a partir das diferentes perspectivas de um contexto plural. O que jamais seria possível numa situação de isolamento e solidão, onde sequer existe a relação dentro do espaço público (FRATESCHI, 2019).

Arendt discorre sobre um pensamento de Jaspers e em *Karl Jaspers: uma laudatio*, afirma que o seu pensamento seria portanto alargado, com isso, a autora fala de um pensamento que se constrói relacionando-se aos demais. A essa forma de pensar se atribui a “mentalidade alargada” de Kant, sendo esta a maneira de se pensar de forma plural, considerando a toda comunidade que se está inserido. Como propôs Kant, a mentalidade alargada seria pensar como toda humanidade, só assim o indivíduo poderia viver em sociedade, saindo de si mesmo e estendendo-se a todo o grupo que está inserido. A partir dessa forma de reflexão os julgamentos passam a ser representativos, o que superaria o egoísmo de ser pensar a partir de si mesmo, apenas. Com isto, a mentalidade alargada seria um pensar que permitiria o homem ir além de si, alcançando a pluralidade humana (NUNES, 2018).

Em outras palavras, ao percorrer mentalmente por vários exemplos na escolha de um deles, estamos colocando em prática a mentalidade alargada, visitando perspectivas, factuais ou não. O que se pode retirar disso é que, na escolha de companhia que pauta o *dois-em-um* socrático, como já discutido, no diálogo silencioso de mim comigo mesmo, a mentalidade alargada já está antecipada nesse processo, uma vez que é ela que traz os exemplos para a escolha do sujeito pensante. Mesmo quando apenas digo “não” a um determinado modo de conduta, por escolher não conviver com uma pessoa que teria dito “sim” a essa conduta, tenho que visitar e imaginar ao menos duas possibilidades de ação, para, então, negar a agir de determinada maneira. A importância da escolha de companhia nos pensamentos éticos de Arendt é tão forte que pode ser medida por duas frases as quais a autora recorre, de Cícero e de Meister

Eckhart, respectivamente: “Por Deus, prefiro me extraviar com Platão a defender visões verdadeiras com aquelas pessoas [pitagóricos]”; e “Oh, sim, preferiria estar no inferno com Deus a estar no céu sem Ele. (NUNES, 2018, p. 226)

Assim, ao sair do diálogo que mantenho comigo, passando a dialogar com os outros, desenvolvo uma mentalidade alargada, a qual supera as noções que produzo a partir do que sou e passo a alcançar todos que sou, dentro da pluralidade a qual estou inserido. Isto posto, percebemos a relação entre o pensamento e a pluralidade e constatamos que a primeira só pode vir a acontecer ao mesmo tempo que a segunda. De toda forma, o pensar precisará de uma situação plural para acontecer, até no diálogo solitário consigo mesmo, pois é da experiência plural que os seres existem e sem essa relação tampouco saberiam se o que estão vendo e sentindo é real. O *sensus communis* atesta a realidade para os homens e, além disso, o permite viver dentro de uma eterna troca, dentro do que a autora denomina teia de relações. Por isso, o pensar não pode limitar-se ao seu modo contemplativo, pois ele também é ação no instante que se manifesta através das palavras.

Por último, faz-se relevante enfatizar que a ausência de pensamento, como já foi analisada anteriormente, acontece justamente em função da ausência de um contexto plural, da convivência dos indivíduos dentro do espaço público, onde os sujeitos podem apresentar sua ação através do discurso e dividir um espaço comum onde seja possível compartilhar experiências e seus juízos. A experiência totalitária, por sua vez, representou a destruição do político, negando a própria humanidade de suas vítimas, ao retirar a pluralidade e o espaço público destas (ALENCAR, 2017). Com isto, os sujeitos transformaram-se em homens de massa, seres incapazes de pensar, de criticar o mundo que viviam e portanto de desenvolver seus juízos. Com o terror total, momento em que o totalitarismo entra no poder, o isolamento que sofriam as massas, afastadas do espaço público, atinge as vítimas dos campos de concentração de forma ainda mais radical, lhes retirando de seus domínios privados, fazendo com que se perdessem de si mesmas.

Assim, relaciona-se pensamento e pluralidade e se apresenta o caminho percorrido pelo totalitarismo que dominou, através do extermínio do contexto plural, não só suas vítimas objetivas, mas também aqueles que lhe serviram de carrascos. Demonstrando sua novidade em relação às outras formas de autoritarismo, por exterminar a própria ação do indivíduo, e com isto, sua humanidade.

4 CONCLUSÃO

Ao se voltar à compreensão da experiência totalitária nazista, Arendt introduz a distinção entre solidão, isolamento e solitude a partir da análise do caminho percorrido pelo totalitarismo dos estágios que percorre até alcançar a forma mais radical de dominação de um indivíduo, manifesta no estado de solidão. Junto a isto, analisamos como acontece a atividade do pensamento e como sua ausência pode gerar grandes consequências tanto para o indivíduo de forma particular como para a toda a comunidade da qual faz parte. A discussão sobre a atividade do pensamento em Arendt se faz relevante, sobretudo, na medida em que a autora sempre preserva sua autonomia e independência ao exercer a tarefa de voltar-se aos fenômenos políticos como terreno de seu fazer filosófico e empreender a tarefa de fazer distinções para sugerir novos questionamentos, como bem identifica André Duarte:

O traço distintivo do pensamento arendtiano sempre foi sua radical independência e autonomia, pois, para ela, pensar sempre significou pensar por si mesma. [...] Tal independência de pensamento resulta da capacidade arendtiana de abordar velhos e novos dilemas políticos sob um prisma sempre inusitado e provocativo, que se afasta das posições teóricas consagradas para redefinir o âmbito dos próprios problemas e, assim, sugerir novas alternativas de questionamento. (DUARTE, 2013, pp. 42-45)

Assim, Arendt aborda conceitos que possuem um entendimento comum e lhes atribui significados próprios, ou mais de um, como foi apresentado nesse trabalho que distinguiu isolamento de solidão e solitude. A autora enfatiza que a experiência deve ser a norteadora de nosso pensamento e que sem ela nos fecharíamos as teorias abstratas, incapazes de alcançar a compreensão dos fenômenos políticos. Com isto, Arendt não nega o caráter teórico e conceitual de seu trabalho, mas afirma que a atividade do pensamento político “surge a partir dos acontecimentos políticos da experiência viva e deve manter-se vinculado a eles como as únicas referências a partir das quais pode se orientar”. (DUARTE, 2013, p. 46). Arendt inova, assim, ao não cindir pensamento e experiência, mas como abordado nesse trabalho, propõe um vínculo muito mais estreito entre essa atividade, a ação e as relações entre homens e mulheres.

A experiência a qual a autora se refere está justamente nos acontecimentos do espaço público, onde existe a relação entre os sujeitos. Ou seja, é a partir dos acontecimentos em comunidade, da teia das relações humanas constituídas a partir da singularidade que cada ser imprime no mundo, que Arendt constrói suas análises, sem elas estaríamos limitados a meras

especulações. Por isso, o isolamento jamais poderia possibilitar referência aos seres humanos, pois tampouco poderiam saber de si mesmos como sequer sobre os outros.

A ação é a maior expressão de humanidade dos sujeitos, ela surge a partir do nascimento do indivíduo e se manifesta em seu discurso. A ação espontânea é o que singulariza o sujeito em meio aos demais, mas também só é possível dentro de um espaço plural, que permita a relação dos homens através do mundo das aparências, propiciando que cada ser se mostre e recepcione a aparência do outro, sem o espaço comum os sujeitos perdem sua noção de realidade e tem sua ação prejudicada.

Sem um contexto plural os indivíduos vivem suas vidas de forma limitada a si mesmos, às suas necessidades particulares e tampouco conseguem efetivar um pensamento completo que vá além da lógica. O relacionamento entre os seres humanos possibilita enxergar o mundo, o espaço que ocupam, e estabelecer sua noção de realidade, caso contrário, tão pouco saberiam determinar como real. É justamente ao se relacionar com o outro que o ser humano é capaz de perceber as semelhanças de suas percepções e entender o que se apresenta a ele de maneira mais alargada e diversa. Portanto, ao nos aprofundarmos na reflexão sobre os efeitos provocados pelo totalitarismo, os identificamos como novidade, justamente por inovar sobre sua forma de dominação, como jamais vista antes.

O totalitarismo tem por objetivo dominar não só aqueles que governa, mas todas as sociedades e, ao contrário das tiranias até então conhecidas, a submissão dos homens aconteceria não em razão de um governante, mas das leis da natureza (nazismo), selecionando ao longo do anos apenas os que fossem úteis na formação de uma comunidade superior.

Além disto, pôde ser entendido que a execução do indivíduo pode acontecer mesmo que este ainda esteja vivo, já que Arendt compara e coloca como sinônimos o exercício do pensamento a estar completamente vivo, ou seja, apenas quando estou em completa atividade do meu pensamento, da minha capacidade de refletir e julgar, é que posso considerar minha existência realmente ativa, de outro modo estarei vivendo como um sonâmbulo no mundo.

Dessa forma, o conceito de solidão, conceito principal refletido ao longo dessa dissertação, pôde elucidar bem a consequência do totalitarismo para suas vítimas: ele expressa como esse fenômeno se caracterizou como a forma de controle mais radical ao longo da história, na medida em que possibilitou o extermínio da humanidade em um ser humano, que foi apartado não apenas da esfera pública e das relações entre os seus, mas também da própria esfera privada e de quem ele é, sendo reduzido a um simples instrumento totalitário incapaz não apenas de agir, mas também de pensar.

Com isto, compreendemos a importância de se fazer ativo no mundo que vivemos através do pensar e a atribuição a este como responsável por nossa autonomia em relação a doutrinas, regras ou costumes. A atividade do pensamento portanto se trata de um exercício fundamental para a vida humana, no entanto, só poderá acontecer diante de um espaço plural que reúna as experiências entre os indivíduos e os possibilite manifestar sua singularidade e *quem são*.

REFERÊNCIAS

- ADVERSE, Helton Dos. Solidão, Filosofia Política e Totalitarismo em Hannah Arendt. **Cadernos Arendt**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. DOI: 10.26694/ca.v2i1.12130.
- AGUIAR, Odílio Alves (Professor da UFC). A amizade como amor mundi em Hannah Arendt. **O que nos faz pensar**, [S. l.], n. 28, 2011.
- AGUIAR, Odílio Alves. A Lei e a pluralidade em Hannah Arendt. **Pensando - Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2018. DOI: 10.26694/pensando.v9i17.7263.
- ALENCAR, Dariôhana Moreira. **A pluralidade humana como condição da política em Hannah Arendt**. 2017. Dissertação de mestrado em filosofia- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18572>.
- ALVES, Marcos Alexandre; ZANELLA, Diego Carlos; ZANARDI, Isis Moraes. A formação humana e a incapacidade de pensar: considerações sobre o problema do mal em Hannah Arendt. **Aufklärung: journal of philosophy**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2017. DOI: 10.18012/arf.2016.33701.
- ARAÚJO, Cristiano Tiago. O regime totalitário como meio de dominação da sociedade de massa na concepção de Hannah Arendt. **Território Acadêmico**, n. 1, p. 155-192, 2019. DOI: <http://ta.dehoniana.com/ta/index.php/ta/article/view/8/2>.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Editora Forense Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. Relume-Dumará, 1993.
- ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Relume-Dumará, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal**. Editora Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Liberdade para ser livre**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2018.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Editora Companhia das Letras, 2013.
- ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Editora Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah; CORREIA, Adriano; MAGALHÃES, Theresa Calvet. Trabalho, Obra, Ação. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, [S. l.], v. 2, n. 07, 2005.
- BACH, Augusto; ORLANDI, Juliano. O Sócrates de Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, [S. l.], v. 42, n. 4, 2019. DOI: 10.1590/0101-3173.2019.v42n4.11.p201.
- BERKOWITZ, Roger. Solitude and the activity of thinking. *In: Thinking in Dark Times: Hannah Arendt on Ethics and Politics*. [s.l: s.n.]. DOI: 10.5422/fso/9780823230754.003.0023.

BRITO, Renata Romolo. Hannah Arendt. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, [S. l.], v. 6, p. 14–29, 2020.

COELHO, Jean Carlos Duarte Pinto. A filosofia entre o estar só e a solidão. **Ensaaios Filosóficos**, p. 66, 2020. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo22/07_COELHO_Revista_Ensaaios_Volume_XXII.pdf.

CONCEIÇÃO, Edilene Maria Da. Ideologia e terror: a configuração do totalitarismo em Hannah Arendt. **Saberes interdisciplinares**, [S. l.], p. 183–195, 2008.

COSTA, Nária. A impossibilidade de estar só mesmo sendo um. **Cadernos Cajuína**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2021. DOI: 10.52641/cadcaj.v6i1.457.

COSTA, Nathalia Rodrigues da. **A sociedade de massas em hannah arendt**. 2018. Dissertação de Mestrado em Filosofia- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

DI PEGO, Anabella. **La modernidad en cuestión: Totalitarismo y sociedad de masas en Hannah Arendt**. Editorial de la Universidad Nacional de La Plata (EduLP), Colección de Filosofía, 2015.

DINIZ, Nádia Souki. **A banalidade do mal em Hannah Arendt**. 1995. Dissertação de Mestrado em Filosofia– Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/VCSA-BENTA2>.

ECCEL, Daiane. **O abismo entre filosofia e política e suas relações com o dois-em-um socrático no pensamento de Hannah Arendt**. 2012. Dissertação de Mestrado em Filosofia- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95625>.

ECCEL, Daiane. O Sócrates de Hannah Arendt: as considerações arendtianas sobre Sócrates. **Revista Inquietude**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/ECCOSD>.

FERREIRA, Adelino. Do isolamento à solidão: a novidade totalitária segundo o pensamento de Hannah Arendt. **Filogenese**, v. 7, nº 1 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/7_adelinoferreira.pdf.

FRATESCHI, Yara Adario. Participação e liberdade política em Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S. l.], v. 0, n. 10, 2007. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v0i10p83-100.

FRATESCHI, Yara. Juízo e opinião em Hannah Arendt. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2019. DOI: 10.11606/issn.2318-9800.v24i1p35-65.

GIAROLA, Shênia Souza. **O animal laborans como condição para o surgimento do totalitarismo segundo Hannah Arendt**. 2018. Dissertação de Mestrado em Filosofia- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B2XLUX>.

LIMA, Isabela Novaes Melo. **A ideologia nazista e o poder totalitário**: e uma perspectiva do pensamento extremista atual. 2015. Monografia de bacharelado em Relações internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2015.

MASSARO, Ana Carolina Pedrosa. A irreflexão e a banalidade do mal, do pensamento de Hannah Arendt, refletidos no exercício do poder judicante. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, [S. l.], v. 38, n. 01, 2014. DOI: 10.5216/rfd.v38i01.34625.

NOVAES, Adriana Carvalho. **Pensar sem apoios**: Hannah Arendt e a vida do espírito como política do pensar. 2017. Tese de Tese de doutorado em filosofia - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: 10.11606/T.8.2017.tde-02062017-095237.

NUNES, Igor Vinicius Basílio. **“In-Between” – o mundo comum entre Hannah Arendt e Karl Jaspers**: da existência política ao exemplo moral. 2018. Tese de doutorado em filosofia - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de. A memória de Primo Levi sobre os campos de morte nazistas. **Literatura em Debate**, v. 4, n. 6, p. 140-154, 2010. DOI: <http://200.203.105.109/index.php/literaturaemdebate/article/view/541/997>.

PASSOS, Fábio Abreu dos. **A implicação política da faculdade de pensamento na filosofia de Hannah Arendt**. 2008. Dissertação de mestrado em filosofia - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/VCSA-8YWMBC>.

PASSOS, Fábio Abreu Dos. O pensar na filosofia de Hannah Arendt: uma faculdade que distancia o homem da banalidade do mal. **Primeiros Escritos**, [S. l.], n. 5, 2002. DOI: 10.11606/issn.2594-5920.primeirosestudos.2002.104611.

PEREIRA, Geraldo. IDEOLOGIA E SOLIDÃO – ATUALIDADE DE HANNAH ARENDT. **Cadernos Arendt**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2021. DOI: 10.26694/ca.v2i3.12427.

ROCHA, Aline Matos da. Hannah Arendt e a dimensão política da ausência de pensamento: considerações a partir do caso Eichmann. **Revista Ideação**, [S. l.], v. 1, n. 42, 2020. DOI: 10.13102/ideac.v1i42.5287.

ROCHA, Antonio Glauton Varela. **O comum e o singular no pensamento de Hannah Arendt**. 2020. Tese de doutorado em filosofia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50277>.

SANTOS, Antônio Vinicius Fernandes dos. **Nós, humanos**: a pluralidade em *A Condição Humana*. 2020. Dissertação de mestrado em filosofia- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-24022021-194151>.